

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE JUNHO DE 2000,
ÀS 20:00 HORAS.

ATA Nº 082 - “A”

PRESIDENTE - DEPUTADO RIVA
1º SECRETÁRIO - DEPUTADO PEDRO SATÉLITE (EM EXERCÍCIO)
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO BENEDITO PINTO (*AD HOC*)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão e, por motivos técnicos, suspendo-a por dez minutos.
(SUSPENSA A SESSÃO ÀS 20:47 HORAS E REABERTA ÀS 21:01 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Está reaberta a presente Sessão.
Solicito ao Deputado Pedro Satélite que assuma a 1ª Secretaria.
(O SR. DEPUTADO PEDRO SATÉLITE ASSUME A 1ª SECRETARIA.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Convido o nobre Deputado Benedito Pinto para assumir a 2ª Secretaria.
(O SR. DEPUTADO BENEDITO PINTO ASSUME A 2ª SECRETARIA.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o Sr. 2º Secretário, para proceder à leitura da Ata.
(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 08 DE JUNHO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.)

O SR. 2º SECRETÁRIO - Lida a Ata, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Em discussão a Ata que acaba de ser lida (PAUSA).
Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Com a palavra, o Sr. 1º Secretário, para proceder à leitura do Expediente.
O SR. 1º SECRETÁRIO (LÊ) - “Ofício nº 233/00, do Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, encaminhando cópias de Indicações aprovadas por aquela Casa; e ainda os Ofícios nºs: - 362/00, do Chefe de Gabinete da Secretaria de Agricultura e Assuntos Fundiários, 1000/047, 049, 050, 051 e 052, do Diretor de Relações Institucionais da TELEMAT Tele Centro Sul; - 075 e 076/00, do Coordenador de Processo de Distribuição da Rede/CEMAT, - 428, 429, 438 e 439, do Secretário-chefe da Casa Civil, todos em resposta a Indicações dos Senhores Deputados.”

Lido o Expediente, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente (PAUSA). Com a palavra, o nobre Deputado Alencar Soares.

O SR. ALENCAR SOARES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, para apresentar uma Emenda de nossa autoria:
1ª) EMENDA ADITIVA:

**Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº
103/00 de autoria do Deputado Emanuel
Pinheiro.**

Incluir entre os beneficiários do artigo 1º do Projeto de Lei nº 103/00 o Sr. Oswaldo Xavier da Silva.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda aditiva tem por finalidade incluir o Sr. Oswaldo Xavier da Silva como beneficiário de pensão especial de que trata o Projeto de Lei nº 103/00, de autoria do Deputado Emanuel Pinheiro.

O Sr. Oswaldo Xavier da Silva foi um dos grandes desbravadores de matas e cerrados por todo o Estado de Mato Grosso, e em especial na região Sul e no Vale do Araguaia.

Prestou durante várias décadas um relevante e árduo trabalho como agrimensor autônomo, em prol do desenvolvimento, expansão e colonização da grande imensidão de nossas terras.

Atualmente encontra-se com idade avançada, não possuindo nenhuma aposentadoria e não tendo condições financeiras para o seu próprio sustento.

Assim sendo, solicitamos o apoio dos nobres Pares para a aprovação desta emenda.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 20 de junho de 2000.

Deputado ALENCAR SOARES - PSDB

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o nobre Deputado Rene Barbour.

O SR. RENE BARBOUR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, em mãos, resposta de Requerimento de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio, dirigida à Secretaria de Estado de Saúde - estou devolvendo as informações, trata-se do Ofício nº 446/00, do Secretário-chefe da Casa Civil, encaminhando resposta ao Requerimento nº 36/00, de autoria do Deputado Zé Carlos do Pátio.

Para apresentar ainda, Sr. Presidente, uma Moção de Apelo de nossa autoria:

Com fundamento no artigo 227, alínea “i”, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhada à Direção Regional da UNIMED em Mato Grosso uma Moção de Apelo, vazada nos seguintes termos:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, representando o pensamento de sua gente, vem apelar à Direção Regional da UNIMED de Mato Grosso contra a decisão de se transferir o atendimento médico hospitalar dos conveniados residentes no Município de Barra do Bugres, atualmente atendidos em Cuiabá, para a cidade de Tangará da Serra.

O apelo em questão apoia-se na indiscutível vantagem que o atendimento em Cuiabá traz para todos os conveniados, onde encontram maior estrutura de atendimento da empresa, facilidade no transporte e disponibilidade no atendimento das diversas especialidades médicas, fato que não ocorre na cidade de Tangará da Serra.

Esta Moção de Apelo se faz acompanhar de manifestações dos Poderes públicos: Ofício nº 153/GP/2000, de 16/06/2000, assinado pelo Prefeito Municipal, e Ofício nº 063/2000, de 16/06/2000, assinado pelo Presidente da Câmara Municipal, e diversas entidades da sociedade civil, como o Presidente do *Rotary Club*; Ofício nº 006/2000, de 16/06/2000, assinado pelo Presidente do *Lions Clube*; Ofício Especial datado em 19/06/2000, assinado pelo venerável da Loja Maçônica; Ofício nº 02/APAE/2000, de 16/06/2000, assinado pelo Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, e Ofício nº 10/00, de 1º/06/2000, assinado pela Presidente do SOS Criança, todos do

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QÜINQUAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE JUNHO DE 2000,
ÀS 20:00 HORAS.

Município de Barra do Bugres, em consonância com opinião de cem por cento dos conveniados, diretamente atingidos pela decisão, o que dá a este expediente plena legitimidade.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 20 de junho de 2000.
Deputado RENE BARBOUR - PSDB

Era o que nós tínhamos a apresentar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Para apresentar proposições de nossa autoria:

1º) PROJETO DE RESOLUÇÃO:

Institui no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, o Fórum Permanente de Combate ao Narcotráfico.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com base no que dispõe o artigo 251, alínea “f”, combinado com o artigo 257, da Consolidação do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º Fica instituído no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso o Fórum permanente de Combate ao Narcotráfico.

Parágrafo único O disposto no *caput* será instalado imediatamente após a conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico.

Art. 2º O Fórum Permanente de Combate ao Narcotráfico será constituído de:

I - 01 (um) representante de cada Partido Político com representação nesta Assembléia Legislativa;

II - 01 (um) representante da Consultoria Jurídica desta Assembléia Legislativa;

III - 01 (um) representante do Ministério Público;

IV - 01 (um) representante do Poder Judiciário;

V - 01 (um) representante da Secretaria de Estado de Segurança Pública;

VI - 01 (um) representante da Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania;

VII - 01 (um) representante das entidades civis de defesa dos direitos humanos;

VIII - 01 (um) representante do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs no Brasil/Seção Mato Grosso; e

IX - 01 (um) representante da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa.

Art. 3º As atribuições, a composição diretiva e o funcionamento do Fórum Permanente de Combate ao Narcotráfico serão estabelecidos em Regimento Interno a ser elaborado e aprovado após a publicação da presente resolução.

Art. 4º A Assembléia Legislativa disporá de todos os meios necessários à viabilidade das ações do Fórum Permanente de Combate ao Narcotráfico.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de resolução tem como objetivo permitir ações de combate ao narcotráfico após a conclusão dos trabalhos da CPI.

Entendemos que esse tema apresenta relevante interesse social, pois a comunidade

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QÜINQUAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE JUNHO DE 2000,
ÀS 20:00 HORAS.

cobra posicionamento claro e determinado das autoridades constituídas no embate a esse terrível mal.

Esta Assembléia Legislativa, procurando colaborar para o combate às quadrilhas que comandam o tráfico de drogas, instalou a CPI, que num trabalho árduo permitiu uma contribuição relevante para as outras instâncias que trabalham no mesmo tema.

Como a CPI tem que regimentalmente trabalhar numa temporariedade limitada, entendemos a necessidade de instituir um Fórum Permanente de Combate ao Narcotráfico, a ser instalado neste Poder Legislativo, mas com a participação efetiva de autoridades e lideranças representativas da sociedade organizada.

O Fórum instituído transformar-se-á numa instância permanente de vigília e de fomento do debate, para que idéias sejam apresentadas e ações incrementadas no sentido de fornecer ao Poder Público caminhos para o efetivo combate ao narcotráfico.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 20 de junho de 2000.

Deputado RIVA - PSDB

2º) PROJETO DE LEI:

Altera dispositivo da Lei nº 6.943, de 04/11/97, que alterou os §§ 1º, 2º e 3º do Art. 1º da Lei nº 6.894, de 10/06/97.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Artigo 42 da Constituição Estadual, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º O § 2º, do Artigo 1º, da Lei nº 6.894, de 10/06/94, alterado pela Lei nº 6.943, de 04/11/97, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º...

§ 1º ...

§ 2º... O aposentado e/ou pensionista deverá identificar-se apresentando o comprovante do benefício, juntamente com a carteira fornecida por associação que congregue aposentados e pensionistas do Estado de Mato Grosso, e que sejam de utilidade pública estadual, e pela FETAGRI-Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso, quando se tratar de aposentado ou pensionista rural, filiado nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Estado de Mato Grosso.

§ 3º...”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas em parte as Leis nº 6.943/97 e 6.894/97 e as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem como objetivo fortalecer as entidades representativas dos trabalhadores rurais do Estado de Mato Grosso que, numa visão histórica, defendem há décadas a melhoria de vida da população rural.

Essas entidades formam a vanguarda na luta pela reforma agrária e se estabeleceram com grande propriedade nas conquistas até hoje galgadas em benefício da categoria, além de serem representadas de forma organizada em grande parte do território mato-grossense.

A propositura confere à FETAGRI a permissão para expedir carteiras para os aposentados e pensionistas rurais, filiados nas instâncias que congregam, para adquirirem o direito à isenção ao pagamento de passagens em ônibus intermunicipais no Estado de Mato Grosso.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QÜINQUAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE JUNHO DE 2000,
ÀS 20:00 HORAS.

Por tratar-se de um entendimento de que esta proposta defende o interesse público, espero contar com o acolhimento dos Pares para a sua aprovação.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 20 de junho de 2000.
Deputado RIVA - PSDB

Apenas para informar aos Srs. Deputados que nós estamos acrescentando aqui que também pode ser concedido ao aposentado ou pensionista a identificação através da FETAGRI, especialmente para os trabalhadores rurais.

3ª) PROJETO DE RESOLUÇÃO:

Concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Senhor Leonir Colombo.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com base no que dispõe o artigo 257, da consolidação do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º Conceder Título de Cidadão Mato-grossense ao Senhor Leonir Colombo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O Sr. Leonir Colombo nasceu em Antônio Prado, Estado do Rio Grande do Sul, no dia 04/03/1946, e concluiu o curso de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais na Universidade Federal de Mato Grosso.

Participou de diversos congressos, seminários e simpósios em busca de atualização na área do Direito.

Com um currículo invejável, o Sr. Leonir tem uma vasta folha de serviços públicos prestados ao Estado de Mato Grosso, conforme segue:

- na carreira militar foi Cabo do Exército no 9º BEC-Batalhão de Engenharia de Construção de Cuiabá, atuou na obra da construção da Rodovia Cuiabá/Santarém;

- desligando-se da atividade militar estabeleceu-se com escritório de advocacia e passou a assessorar juridicamente o 9º BEC;

- ingressou na carreira do Ministério Público, onde foi Promotor Público nas Comarcas de Alto Araguaia, Alto Garças, Rondonópolis e Cuiabá;

- foi Subsecretário de Segurança Pública e Corregedor-Geral de Polícia Civil; Procurador de Justiça promovido por merecimento; Corregedor-Geral Adjunto do Ministério Público; Corregedor-Geral do Ministério Público e Membro do Conselho Superior do Ministério Público eleito e sempre reconduzido desde a sua promoção a Procurador de Justiça.

Por demonstrar, assim, sua competência e colocar seus conhecimentos para ajudar o desenvolvimento de Mato Grosso é que concedemos essa honraria ao Sr. Leonir Colombo, pelos relevantes serviços prestados ao nosso progressista Estado.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 20 de junho de 2000.
Deputado RIVA - PSDB

4ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, a necessidade de restauração da Rodovia MT-246, trecho compreendido entre Alto Paraguai e Currupira.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QÜINQUAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE JUNHO DE 2000,
ÀS 20:00 HORAS.

Nos termos do art. 245 e seguintes do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, mostrando a necessidade de restauração da Rodovia MT-246, trecho compreendido entre Alto Paraguai e Currupira.

JUSTIFICATIVA

O trecho da Rodovia MT-246 objeto da presente Indicação tem hoje uma importância relevante para o Município de Alto Paraguai, pois liga a sede com a comunidade de Currupira, numa extensão de, aproximadamente, sessenta quilômetro.

Essa importante via permite ainda o acesso aos assentamentos e comunidades de Capão Verde, Tira Sentido, onde estão instaladas dezenas de famílias.

É importante ressaltar que para garantir essa comunicação deve-se proceder ao trabalho de cortar uma serra, facilitando, assim, o trajeto. Esse trabalho ocupará apenas algumas horas, máquinas e, segundo lideranças do município, poderá ser realizado com um trator de esteiras D-6, de propriedade do DVOP, presente naquela região.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 20 de junho de 2000.
Deputado RIVA - PSDB

5ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado a necessidade de instruir a isenção do ICMS por um período de dezoito meses, objetivando a renovação da frota de táxi no Estado de Mato Grosso.

Nos termos do art. 245 e seguintes do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, mostrando a necessidade de instruir a isenção do ICMS por um período de dezoito meses, objetivando a renovação da frota de táxi no Estado de Mato Grosso.

JUSTIFICATIVA

As lideranças representativas dos taxistas de Mato Grosso apresentaram justificado pleito, em que conclui pela necessidade de o Governo do Estado encaminhar mensagem à Assembléia Legislativa propondo a isenção do ICMS incidente sobre veículos novos, para atender à renovação da frota de táxi.

A medida atenderá os anseios de parcela significativa da categoria e, por conseguinte, da sociedade, pois esta terá a sua mercê um serviço adequado e confiável.

Esse benefício terá a duração de dezoito meses, tempo necessário para permitir que todos os interessados possam ter acesso ao benefício, além de que, definindo a sua temporariedade, o Governo estabelecerá com exatidão as medidas próprias para sua aplicação e para a eliminação de possíveis perdas de receita.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 20 de junho de 2000.
Deputado RIVA - PSDB

Com a palavra, o nobre Deputado Eliene.

O SR. ELIENE - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, galeria, eu quero fazer uma saudação especial aos nossos amigos de Cocalinho: o Presidente do PSB, Flávio, e o Elton, que se encontram participando desta Sessão.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QÜINQUAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE JUNHO DE 2000,
ÀS 20:00 HORAS.

Para apresentar duas Indicações:

1ª) Indica ao Superintendente do INSS a instalação de um órgão arrecadador na Cidade de Alto Araguaia.

Com fulcro no art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, após ouvido o egrégio Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Superintendente do INSS, solicitando a instalação de um sistema de arrecadação daquela autarquia no Município de Alto Araguaia.

JUSTIFICATIVA

O progresso da região de Alto Araguaia, com a instalação de diversos estabelecimentos comerciais e industriais, tem aumentado o número de trabalhadores do setor.

O INSS já instalou no município um Posto de Benefícios, mas não é órgão arrecadador, e para fazerem qualquer pagamento os contribuintes da região têm que se deslocar até o Município de Rondonópolis, local mais próximo para fazê-lo, numa distância de duzentos quilômetros, com isso aumentando em muito os custos.

A Câmara de Vereadores do município está efetuando insistentes pedidos para beneficiar a todos os munícipes.

Com base no acima exposto, justificamos esta proposição, aguardando aprovação do duto plenário e o pronto atendimento das autoridades competentes.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 20 de junho de 2000.

Deputado ELIENE - PSB

Por isso a justificativa, e até convidamos o Deputado Hermínio J. Barreto, que é da região, para reforçar a Indicação conosco.

2ª) Indica ao Sr. Diretor-Presidente da TELEMAT Brasil Telecom a instalação de telefone público na comunidade rural de Gato Preto, Colônia do Ariranha, Rio do Peixe, Paraíso e Ribeirão Claro, Assentamento do Córrego Rico, no Município de Alto Araguaia.

Com fulcro no art. 245, inciso II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o egrégio Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Sr. Diretor-Presidente da TELEMAT Brasil Telecom, mostrando a necessidade da instalação de telefone público na comunidade de Paraíso, Município de Alto Araguaia.

JUSTIFICATIVA

A necessidade da instalação de telefones públicos para a comunidade rural de Paraíso, Município de Alto Araguaia, prende-se ao fato de que está dotada de escola municipal, capela e centro de lazer, além de atender a um grande número de famílias.

Na Comunidade Paraíso moram mais de cento e oitenta famílias, que precisam dessa benfeitoria. O telefone instalado nessas localidades também poderá atender inúmeras pessoas que transitam diariamente pelas estradas que dão acesso àquela comunidade.

O pedido é justo, por isso solicitamos ao duto Plenário sua aprovação.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 20 de junho de 2000.

Deputado ELIENE - PSB

Sabemos que com o atual sistema precisa haver um compromisso, mas há necessidade de não se esperar, há necessidade de trabalhar rapidamente por esse conforto que a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE JUNHO DE 2000,
ÀS 20:00 HORAS.

comunidade tanto almeja. Era o que tínhamos a apresentar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o Deputado Hermínio J. Barreto.

O SR. HERMÍNIO J. BARRETO - Sr. Presidente, Sr^a Deputada e Srs. Deputados:

Na última quinta-feira, nós tivemos a honra de representar esta Casa de Leis na cidade de Belo Horizonte, Capital de Minas Gerais, onde fomos discutir diversos assuntos sobre as Assembleias Legislativas, os Parlamentos Estaduais. Comandada pelo Presidente Pessutti, a UNALE se reuniu em Belo Horizonte.

Além de discutir sobre as questões do Pacto Federativo, Sr. Presidente, Sr. Deputado Humberto Bosaipo, houve uma discussão ampla sobre o fortalecimento do Parlamento brasileiro, e por conseqüência as Assembleias Legislativas estiveram representadas por todas as regiões do Brasil, e aquela oportunidade serviu também para, na Assembleia Legislativa de Belo Horizonte, fazermos uma homenagem a um dos homens que lutaram e que colocaram a UNALE no âmbito internacional, o Presidente Miguel Martini.

Esta Assembleia tinha aprovado, no início da semana, uma Moção de Aplausos ao Presidente Miguel Martini, essa Moção foi assinada pelo 1º Secretário, Deputado Humberto Bosaipo, e votada por todos os Srs. Deputados. Nós tivemos a honra de, lá no Plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, entregar essa Moção ao ex-Presidente da UNALE, Deputado Miguel Martini, e o fizemos, naquela oportunidade, representando toda a Assembleia Legislativa de Mato Grosso, com um discurso de aproximadamente oito minutos, falando sobre a vida do Presidente Miguel Martini e sobre o que ele representou para o fortalecimento da UNALE no Brasil.

Portanto, Deputado Humberto Bosaipo, Vossa Excelência nos deu a honra de representá-lo naquela solenidade, onde tivemos também um encontro com o Governador de Minas Gerais e toda a Diretoria da UNALE, e nos deu a satisfação de representar o nosso Parlamento em Belo Horizonte.

Era essa a informação, e quero dizer que a Moção calou fundo no coração do Presidente Miguel Martini e de toda a sua família. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o nobre Deputado Moacir Pires.

O SR. MOACIR PIRES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada, para apresentar oito Indicações:

1ª) Indica ao Poder Executivo Estadual a urgente necessidade de adotar providências que culminem com a destinação de uma unidade móvel de saúde para o Município de Arenópolis.

Fundamentado no que dispõe o art. 245, inciso II, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requero à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, mostrando a urgente e imprescindível necessidade de fornecer uma unidade móvel de saúde para o Município de Arenópolis.

JUSTIFICATIVA

Formulamos a presente Indicação diante de várias reivindicações, em que constatamos a urgente necessidade de fornecer uma unidade móvel de saúde para o Município de Arenópolis.

Portanto, fazemos um apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Saúde para que atendam o nosso pedido pois o interior necessita de nosso apoio, principalmente na área de Saúde.

A presente Indicação é de extrema necessidade, porque visa à aquisição de uma unidade móvel de saúde para o atendimento à população que se encontra desprovida de meios mais

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QÜINQUAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE JUNHO DE 2000,
ÀS 20:00 HORAS.

eficazes, o fornecimento desta unidade móvel trará maior tranqüilidade e segurança ao auxílio de socorro, com o rápido atendimento e deslocamento e com instrumentos que garantem aos pacientes mais recursos, de imensa prioridade, pois se trata de saúde e de vidas.

Frente ao exposto, pedimos a unanimidade dos nobres Pares desta Casa para a aprovação desta matéria.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 20 de junho de 2000.

Deputado MOACIR PIRES - PFL

2ª) Indica ao Poder Executivo Estadual a urgente necessidade de adotar providências que culminem com a destinação de uma unidade móvel de saúde para o Município de Nova Marilândia.

Fundamentado no que dispõe o art. 245, inciso II, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, mostrando a urgente e imprescindível necessidade de fornecer uma unidade móvel de saúde para o Município de Nova Marilândia.

JUSTIFICATIVA

Formulamos a presente Indicação diante de várias reivindicações, em que constatamos a urgente necessidade de fornecer uma unidade móvel de saúde para o Município de Nova Marilândia.

Portanto, fazemos um apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Saúde para que atendam o nosso pedido, pois o interior necessita de nosso apoio, principalmente na área de Saúde.

A presente Indicação é de extrema necessidade, porque visa à aquisição de uma unidade móvel de saúde para o atendimento à população que se encontra desprovida de meios mais eficazes, o fornecimento desta unidade móvel trará maior tranqüilidade e segurança ao auxílio de socorro, com o rápido atendimento e deslocamento com instrumentos que garantem aos pacientes mais recursos, de imensa prioridade, pois se trata de saúde e de vidas.

Frente ao exposto, pedimos a unanimidade dos nobres Pares desta Casa para aprovação desta matéria.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 20 de junho de 2000.

Deputado MOACIR PIRES - PFL

3ª) Indica ao Poder Executivo Estadual a urgente necessidade de adotar providências que culminem com a destinação de uma unidade móvel de saúde para o Município de Acorizal.

Fundamentado no que dispõe o art. 245, inciso II, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, mostrando a urgente e imprescindível necessidade de fornecer uma unidade móvel de saúde para o Município de Acorizal.

JUSTIFICATIVA

Formulamos a presente Indicação diante de várias reivindicações, em que constatamos a urgente necessidade de fornecer uma unidade móvel de saúde para o Município de Acorizal.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QÜINQUAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE JUNHO DE 2000,
ÀS 20:00 HORAS.

Portanto, fazemos um apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Saúde para que atendam o nosso pedido, pois o interior necessita de nosso apoio, principalmente na área de Saúde.

A presente Indicação é de extrema necessidade, porque visa à aquisição de uma unidade móvel de saúde para o atendimento à população, que se encontra desprovida de meios mais eficazes, o fornecimento desta unidade móvel trará maior tranquilidade e segurança ao auxílio de socorro, com o rápido atendimento e deslocamento com instrumentos que garantem aos pacientes mais recursos, de imensa prioridade, pois se trata de saúde e de vidas.

Frente ao exposto, pedimos a unanimidade dos nobres Pares desta Casa para a aprovação desta matéria.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 20 de junho de 2000.

Deputado MOACIR PIRES - PFL

4ª) Indica ao Poder Executivo Estadual a urgente necessidade de adotar providências que culminem com a destinação de uma unidade móvel de saúde para o Município de Jangada.

Fundamentado no que dispõe o art. 245, inciso II, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, mostrando a urgente e imprescindível necessidade de fornecer uma unidade móvel de saúde para o Município de Jangada.

JUSTIFICATIVA

Formulamos a presente Indicação diante de várias reivindicações, em que constatamos a urgente necessidade de fornecer uma unidade móvel de saúde para o Município de Jangada.

Portanto, fazemos um apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Saúde para que atendam o nosso pedido, pois o interior necessita de nosso apoio, principalmente na área de Saúde.

A presente Indicação é de extrema necessidade, porque visa à aquisição de uma unidade móvel de saúde para o atendimento à população que se encontra desprovida de meios mais eficazes, o fornecimento desta unidade móvel trará maior tranquilidade e segurança ao auxílio de socorro, com o rápido atendimento e deslocamento com instrumentos que garantem aos pacientes mais recursos, de imensa prioridade, pois se trata de saúde e de vidas.

Frente ao exposto, pedimos a unanimidade dos nobres Pares desta Casa para a aprovação desta matéria.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 20 de junho de 2000.

Deputado MOACIR PIRES - PFL

5ª) Indica ao Poder Executivo Estadual a urgente necessidade de adotar providências no sentido de destinação de uma unidade médico-odontológica ao Município de Campos de Júlio.

Fundamentado no que dispõe o art. 245, inciso II, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, mostrando a urgente e imprescindível necessidade de fornecer uma unidade médico-odontológica ao Município de Campos de Júlio.

JUSTIFICATIVA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QÜINQUAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE JUNHO DE 2000,
ÀS 20:00 HORAS.

Formulamos a presente Indicação diante de várias reivindicações, em que constatamos a urgente necessidade de fornecer uma unidade médico-odontológica para o Município de Campos de Júlio.

A presente Indicação é de extrema necessidade, porque visa à aquisição de uma unidade médico-odontológica para o atendimento à população carente, que apenas pode contar com este serviço oferecido pelo Estado, pois não tem condições de custear um tratamento odontológico, assim recorrendo à estas Unidades Odontológicas que os atendem e tratam da saúde bucal, de suma importância para todos.

Portanto, fazemos um apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Saúde para a destinação desta Unidade, que a comunidade do Município de Campos de Júlio tanto almeja.

Frente ao exposto, pedimos a unanimidade dos nobres Pares desta Casa para a aprovação desta matéria.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 20 de junho de 2000.

Deputado MOACIR PIRES - PFL

6ª) Indico ao Poder Executivo Estadual a urgente necessidade de adotar providências no sentido de destinar uma unidade médico-odontológica ao Município de Tapurah.

Fundamentado no que dispõe o art. 245, inciso II, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, mostrando a urgente e imprescindível necessidade de fornecer uma unidade médico-odontológica ao Município de Tapurah.

JUSTIFICATIVA

Formulamos a presente Indicação diante de várias reivindicações, em que constatamos a urgente necessidade de fornecer uma unidade médico-odontológica para o Município de Tapurah.

A presente Indicação é de extrema necessidade, porque visa à aquisição de uma unidade médico-odontológica para o atendimento da população carente, que apenas pode contar com este serviço oferecido pelo Estado, pois não tem condições de custear um tratamento odontológico, assim recorrendo a estas Unidades Odontológicas, que os atendem e tratam da saúde bucal, de suma importância para todos.

Portanto, fazemos um apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Saúde para a destinação desta Unidade, que a comunidade do Município de Tapurah tanto almeja.

Frente ao exposto, pedimos a unanimidade dos nobres Pares desta Casa para a aprovação desta matéria.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 20 de junho de 2000.

Deputado MOACIR PIRES - PFL

7ª) Indico ao Poder Executivo Estadual a urgente necessidade de adotar providências no sentido de destinar uma unidade médico-odontológica ao Município de Santo Afonso.

Fundamentado no que dispõe o art. 245, inciso II, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, mostrando a

urgente e imprescindível necessidade de fornecer uma unidade médico-odontológica ao Município de Santo Afonso.

JUSTIFICATIVA

Formulamos a presente Indicação diante de várias reivindicações, em que constatamos a urgente necessidade de fornecer uma unidade médico-odontológica para o Município de Santo Afonso.

A presente Indicação é de extrema necessidade, porque visa à aquisição de uma unidade médico-odontológica para o atendimento à população carente, que apenas pode contar com este serviço oferecido pelo Estado, pois não tem condições de custear um tratamento odontológico, assim recorrendo à estas Unidades Odontológicas que os atendem e tratam da saúde bucal, de suma importância para todos.

Portanto, fazemos um apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Saúde para a destinação desta Unidade que a comunidade do Município de Santo Afonso tanto almeja.

Frente ao exposto, pedimos a unanimidade dos nobres Pares desta Casa para aprovação desta matéria.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 20 de junho de 2000.

Deputado MOACIR PIRES - PFL

8ª) Indico ao Poder Executivo Estadual a urgente necessidade de adotar providências no sentido de destinação de uma unidade médico-odontológica ao Município de Denise.

Fundamentado no que dispõe o art. 245, inciso II, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, mostrando a urgente e imprescindível necessidade de fornecer uma unidade médico-odontológica ao Município de Denise.

JUSTIFICATIVA

Formulamos a presente Indicação diante de várias reivindicações, em que constatamos a urgente necessidade de fornecer uma unidade médico-odontológica para o Município de Denise.

A presente Indicação é de extrema necessidade, porque visa à aquisição de uma unidade médico-odontológica para o atendimento da população carente, que apenas pode contar com este serviço oferecido pelo Estado, pois não tem condições de custear um tratamento odontológico, assim recorrendo a estas Unidades Odontológicas que os atendem e tratam da saúde bucal, de suma importância para todos.

Portanto, fazemos um apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Saúde para a destinação desta Unidade que a comunidade do Município de Denise tanto almeja.

Frente ao exposto, pedimos a unanimidade dos nobres Pares desta Casa para a aprovação desta matéria.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 20 de junho de 2000.

Deputado MOACIR PIRES - PFL

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu gostaria de chamar atenção para uma matéria que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE JUNHO DE 2000,
ÀS 20:00 HORAS.

saiu no *Correio de Várzea Grande*, no dia 22 de maio de 2000: “Governo atende Livramento”, dizendo que ele vai terminar um ginásio de esportes que foi iniciado no Governo Jayme Campos, depois essa obra foi paralisada e agora vai ser reiniciada. Aqui está a fotografia para os nobres colegas verem que a obra está quase toda concluída - cobertura, parede, falta apenas fazer o assoalho da quadra, as arquibancadas e os banheiros... (O ORADOR EXIBE A FOTOGRAFIA AOS SRS. DEPUTADOS.) Eu mesmo, que sou um dos representantes daquele município, Srs. Deputados, mandei levantar quanto ficaria para finalizar essa obra, para a conclusão dessa obra, para pedir, então, uma emenda ao Senador Jonas Pinheiro - e o engenheiro que levantou essa obra nos orçou em noventa mil reais...

Em Lucas do Rio Verde, o Prefeito Otaviano Piveta está construindo um ginásio coberto, prontinho, Deputado Alencar Soares, por cento e trinta mil reais. O Governo do Estado orçou a obra, que já está quase toda construída, a um preço de trezentos e trinta e cinco mil reais...

O Sr. Wilson Teixeira Dentinho (FORA DO MICROFONE) - Mas e o acabamento?

O SR. MOACIR PIRES - Bem, Deputado Wilson Teixeira Dentinho, deve ser acabamento em ouro, em platina... Só pode.

Vossa Excelência é um Deputado de quem eu gosto muito, colega meu, mas não pode discutir esse assunto de acabamento - um acabamento de escola, todos sabem como é, principalmente de quadra coberta. Então, eu acho que estamos aqui, Deputado, para levar, para fiscalizar, porque a sociedade está de olho aberto, está nos fiscalizando, e nós somos pagos para fiscalizar o Governo.

Eu gostaria que o Líder do Governo desta Casa levasse ao conhecimento do Governador, porque, de repente, o Governo não sabe o que está acontecendo, Deputado Benedito Pinto...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. MOACIR PIRES - Solicito mais um minuto, para concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Concedo-lhe mais um minuto.

O SR. MOACIR PIRES - E obras nesse sentido, Sr. Presidente, não podem denegrir a imagem do Estado de Mato Grosso. Eu quero que se faça a obra em Nossa Senhora do Livramento, que é de grande importância, defendo a conclusão da obra inacabada do Governo Jayme Campos, mas que o Governo faça uma obra que não venha a prejudicar o município - com esse dinheiro poderiam ser feitos mais dois ginásios cobertos.

E para a conclusão dessa obra, Deputado Wilson Teixeira Dentinho, com noventa mil reais fica uma obra de primeira, com boa qualidade e não precisa ser esse valor exorbitante.

Se o Governo não se pronunciar, se não reverter o preço, eu vou levar essa denúncia ao Ministério Público - fica aqui esta Casa sabendo da denúncia que faço.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o Deputado José Carlos Freitas.

O SR. JOSÉ CARLOS FREITAS - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu gostaria de pedir aqui um parecer favorável do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça - ainda tem tempo, o mundo não está acabando - para uma Emenda que prazerosamente fizemos, que vai ao encontro dos anseios da nossa população. Então, faço um apelo, Deputado Benedito Pinto, para que o Presidente da Comissão possa receber a nossa Emenda, porque somente vai ajudar...

O Sr. Deputado Wilson Teixeira Dentinho (DE SUA BANCADA) - Leia a Emenda...

O SR. JOSÉ CARLOS FREITAS - Atendendo ao pedido do Deputado Wilson Teixeira Dentinho, passo a ler a Emenda.. Para que esses recursos do FETHAB possam ser destinados, retomados pelo Município de origem, pelo menos 25%, para que esses municípios possam investir nas rodovias municipais. Então, eu acho que é importante para que os municípios não fiquem no prejuízo.
(DEIXA DE SER TRANSCRITA POR NÃO TER SIDO ENTREGUE PELO AUTOR)

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE JUNHO DE 2000,
ÀS 20:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Sobre a mesa, um Requerimento e uma Moção de Congratulações de autoria do Deputado Carlos Brito:

1º) REQUERIMENTO: “Requer, nos termos regimentais, a inscrição nos Anais da Assembléia Legislativa de dois artigos publicados no jornal *Diário de Cuiabá*, edição de 14 de junho de 2000.

Nos termos do artigo 272, alínea ‘b’, do Regimento Interno, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, a inscrição nos Anais da Assembléia Legislativa de dois artigos publicados no jornal *Diário de Cuiabá*, edição de 14 de junho de 2000, o primeiro intitulado ‘Paulo Yule, um amigo’ da editoria do periódico mencionado, e o segundo ‘Breves anotações’, de autoria do Desembargador José Ferreira Leite, ambos alusivos à história de vida solidária e exemplar do Procurador do Estado de Mato Grosso Paulo Eliseu Yule, falecido no dia 17 de maio do corrente ano, em Cuiabá; requeiro ainda o envio dessa inscrição à ilustre e respeitosa família do extinto, na pessoa de sua viúva Srª Adiles Yule.

‘Paulo Yule, um amigo
(editora *Diário de Cuiabá*)

Hoje é dia de aniversário de Paulo Yule. Há poucos dias ele deixou nosso convívio e foi para a eternidade. Foi uma perda para a história da nossa querida Cuiabá. Um homem que cresceu junto com esta cidade, que dedicou-se às causas nobres e foi testemunha da bem aventurança dos ousados a lutar pelo bem. Afinal, quem foi Paulo Yule?

A vida do Dr. Paulo Yule é sem dúvida um marco na história de Cuiabá. Pela sua maneira simples, pelo amor ao próximo, pela sua dedicação à justiça social, pela sua inteligência e sabedoria, ele será sempre lembrado pelos amigos que cultivou.

Sua mãe, a Srª Maria Luíza, conhecida por Dona Lulu, era filha de Manoel Leopoldino do Nascimento e de Cândida Neves do Nascimento, e casou-se com Flávio Honorato Yule, que veio a falecer em 14.09.28 e foi sepultado no Barranco do Sítio Tchauzinho, de propriedade do Sr. João Gratidiano Dorileo. ‘Paulito’ era um homem simples, que ainda em tenra idade perdeu seu pai. Por isto, teve que trabalhar para ajudar no sustento de sua mãe e irmãos, entre eles Cândido Paiva Yule, Candinho, o único que ainda está no convívio da família. Foi para São Paulo, onde trabalhou bastante, vindo a concluir seu primeiro curso na Universidade *Mackenzie*. Suas qualidades o levaram a um posto elevado dentro do Grupo Riachuelo. Todavia, ao visitar Cuiabá o amor à primeira vista pela jovem Adiles, *Miss Cuiabá* na época, o fez largar a promissora carreira de *staff* no grupo que trabalhava e veio para Cuiabá gerenciar a filial da Riachuelo e viver para sempre ao lado de sua amada. Como gerente regional, escolheu para gerenciar uma filial da Riachuelo em Cuiabá seu amigo e compadre Paulo Levente, esposo de Maria Regina - estes são padrinhos de sua segunda filha, Clélia Regina.

Em 1968 entrou na Faculdade de Direito, onde cultivou amizades que marcaram vidas no mundo jurídico de nosso Estado. Foi um acadêmico exemplar, amado que era pela turma, como atesta o Desembargador José Ferreira Leite, de quem foi sócio: ‘Quando ainda cursávamos o Curso de Direito, Paulo Yule era como um pai para todos os colegas, principalmente para aqueles que dispunham de menor condição econômica. Como advogado, tinha uma qualidade quase sempre não encontrada nos seres humanos, qual seja, de ter paciência para ouvir as pessoas. Já trabalhando em nosso escritório de advocacia, inúmeras vezes chegou a custear, com seu próprio dinheiro, as despesas processuais nas demandas ajuizadas em favor das pessoas carentes. Trabalhou na Procuradoria de Assistência Judiciária, com uma dedicação invejável à causa dos mais necessitados’. No escritório de advocacia trabalharam com Paulo Yule, além do Dr. José Ferreira Leite, os Doutores Wandir Clayt Duarte e José Caporossi. Na Secretaria de Estado de Administração teve o privilégio de contar com o apoio e irrestrita amizade com o ‘Casé’, Dr. Carlos José Avelino de Souza Vieira.

Paulo Yule foi um dos mais queridos Procuradores do Estado. Seu bom humor,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE JUNHO DE 2000,
ÀS 20:00 HORAS.

cordialidade e descontração com os demais colegas de serviço faziam todos tributar-lhe um carinho especial, era tratado por muitos de ‘Tio Paulo’. Dedicava-se com máximo zelo pelas causas dos mais necessitados. Desempenhava sua função como um verdadeiro sacerdote, como diz a Dr^a Zildinete Coutinho: ‘Dr. Paulo Yule, como profissional, além de exímio advogado, tratava a todos os clientes com muito carinho e atenção, datilografando ele mesmo seus trabalhos e, dependendo da urgência da ação, ia pessoalmente distribuí-la, apesar de possuímos secretários e datilógrafos para tais misteres’. Aos 70 anos, com pesar, teve que ser aposentado compulsoriamente, mais seu desejo de servir continuava ardente.

Amava a poesia e o falar cuiabano. Levava horas prosando sobre a fala característica desta terra, e buscava dar sentido a todas as expressões do linguajar regional. Conservava o bucólico hábito de conversar todos os dias com amigos na esquina da Av. Getúlio Vargas com a Ricardo Franco, entre esses amigos estavam Jamil Nadaf, Ênio Vieira, Paulo Borges, José do Prado, Batista de Melo, Fiore, Moacir Costa e Silva, dentre outros. Renato Gattaz acrescenta que os antigos colegas da Procuradoria só têm lembranças elogiosas de Paulo Yule.

Foi um grande incentivador do futebol regional, participando ativamente do Clube Dom Bosco como Presidente do Conselho, onde trabalhou ao lado de José de Carvalho, Coronel Azevedo, João Barbosa Caramuru, Renato Oliveira, Cleudes Faro e outros.

O cavalheirismo de Paulo Yule impressionava a todos. Era uma bondade espontânea e cristalina, que emanava do coração de um homem que aprendeu a amar a vida e as pessoas, este forte elo de ligação era bem representado no parentesco expressivo externado sempre pelo primo, professor Aecim Tocantins. A ideologia de Cristo, de amar ao próximo como a si mesmo, norteou sua vida. Dedicava sua atenção a cada pessoa que o procurasse, palavra da Dr^a Elisete.

De sua dedicação às causas sociais registra-se a sua gestão como Governador do *Lions Club* de Cuiabá. Dentre os reconhecimentos por esta dedicação às causas nobres recebeu da colunista social Maria Elisa de Oliveira - Vanessa - o Troféu Lição de Vida. Esse cuiabano de coração passou a amar esta terra e dedicar-se a ela com todas as suas forças. Era um amante da natureza, homem integrado à sociedade, participante ativo que foi da Maçonaria, onde lutou por liberdade, igualdade e fraternidade, e procurou encontrar a verdade.

Excelente pai de família, marido e companheiro exemplar. Dedicado aos filhos com esmero. De seu feliz casamento com a ‘Filhinha’, Dona Adiles, nasceram os filhos Cleyde Therezinha, Adilson, Clélia Regina, Lilian Tereza e Maria de Fátima.

Por sua crença em Deus, Paulo Yule desfrutava do que preceitua a Bíblia Sagrada, ‘os passos de um homem bom são guiados pelo Senhor’ - Salmo 37, 23. Era amigo do Pastor Sebastião Rodrigues de Souza, por quem tinha muita admiração. Não poucas vezes foi evangelizar e levado a encontrar a verdade e a vida através das páginas da Bíblia Sagrada.

Aos 75 anos nosso grande Paulo Yule foi acometido de um derrame cerebral, que iniciou o processo de sua passagem deste plano material para o plano espiritual. Em seu leito hospitalar, diversos amigos ali estiveram visitando-o e levando conforto para a família tão querida. Comprovando o preceito bíblico de que Deus guia os passos do homem bom, Paulo Yule teve a oportunidade de ouvir o Evangelho e, a despeito de ter somente praticado o bem, ainda não tinha cumprido o pressuposto bíblico, assim, abraçou e sinalizou com a simples recomendação bíblica, ‘se confessares ao Senhor Jesus e em teu coração creres em Deus, o ressuscitador dos mortos, será salvo’ - Romanos 10, 9. No dia 17 de maio, Paulo Yule passou para a eternidade. Seu último gesto, escolhendo estar ao lado de Jesus, nos dá a certeza de que um dia veremos o nosso querido Paulito, nosso cuiabano, nosso Procurador, nosso entusiasta das causas sociais, enfim um dia veremos novamente Paulo Yule, um amigo’.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE JUNHO DE 2000,
ÀS 20:00 HORAS.

‘Breves anotações
(Desembargador José Ferreira Leite)

Embora já conhecesse de vista Paulo Yule, com quem havia mantido rápidos contatos quando era ele gerente das Lojas Riachuelo em Cuiabá, por volta do ano de 1968 passei a manter com o mesmo um contato mais próximo, uma vez que, nesse ano, ingressamos juntos no curso de Direito da antiga Faculdade de Direito do Estado de Mato Grosso. A partir desse momento, como já assinei, passei a manter com Paulo Eliseu Yule uma convivência freqüente e diária, o que se deu mesmo a partir do vestibular a que nos submetemos naquele ano. Convivendo com ele, tive a feliz oportunidade de conhecê-lo, não só como profissional, mas principalmente como ser humano.

Quando ainda cursávamos o Curso de Direito, Paulo Yule era como um pai para todos os seus colegas, principalmente para com aqueles que dispunham de menor condição econômica. Esse fato se revelava principalmente no seu gesto de, além de emprestar os seus livros aos seus colegas mais carentes, também nos dias das provas regulares daquela Faculdade sempre dispunha ele de um imenso número de folhas de papel almaço, pautadas, para distribuir aos seus colegas, uma vez que Paulo Yule, por ser extremamente organizado, não admitia que seus colegas fizessem prova de qualquer disciplina em folha de caderno ou em outro papel que não fosse aquele destinado a esse fim.

Além desse fato, à época, Paulo Yule levava para a Faculdade de Direito de Cuiabá e de lá trazia todos os seus colegas que não dispunham de condução, sendo o seu veículo, à época, um fusca - 1300, apelidado de 0187, um verdadeiro ônibus particular dos seus colegas de curso. Por ocasião da nossa formatura, no ano de 1973, Paulo Yule foi o Presidente da Comissão destinada a organizar esse evento, sendo que praticamente resolveu tudo sozinho. Já formados, quando da comemoração dos dez anos da nossa formatura, Paulo Yule voltou a ser novamente aquele colega desprendido e entusiasmado, uma vez que praticamente sozinho organizou e realizou essa comemoração, telefonando para todos os colegas, inclusive propiciando que muitos deles se deslocassem para a Capital do Estado.

Como advogado, o Dr. Paulo Yule tinha uma qualidade quase sempre não encontrada nos seres humanos, qual seja, de ter paciência para ouvir as pessoas. Ouvi-las atentamente e procurar ajudá-las da melhor forma possível era a marca registrada desse profissional do Direito. Tanto isso é verdade que, já trabalhando em nosso escritório de advocacia, localizado na Travessa João Dias, ali Dr. Paulo Yule, além de prestar assistência profissional a quem o procurava, inúmeras vezes chegou a custear, com seu próprio dinheiro, as despesas processuais nas demandas ajuizadas em favor das pessoas carentes.

Talvez tenha sido em decorrência desse fato que o Dr. Paulo Yule, logo no início de sua vida profissional, resolveu fazer o concurso para o cargo de Procurador do Estado de Mato Grosso, sendo que todo o tempo em que esteve no exercício desse cargo, dali somente saindo na compulsória, sempre trabalhou na Procuradoria de Assistência Jurídica, com uma dedicação invejável às causas dos mais necessitados.

Sempre admirei a pessoa do Dr. Paulo Eliseu Yule, com ele tendo extrema amizade, e com todos os seus familiares, fato esse que me levou a convidá-lo para ser padrinho da minha filha Lisângela Cristina. Já como magistrado, sempre tive na sua casa a extensão do meu lar, pois ali residia uma família amiga, coisa difícil de se encontrar nestes tempos de extremado apego às coisas materiais. Evidentemente, outros fatos muito importantes sobre a vida, inclusive profissional, do Dr. Paulo Yule mereceriam registro, porém, no momento é o que me veio à mente.’

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 20 de junho de 2000.
Deputado CARLOS BRITO - PSDB”

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE JUNHO DE 2000,
ÀS 20:00 HORAS.

2ª) MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES: “Com fulcro no que preceitua o art. 272, alínea ‘i’, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, a aprovação e o envio de Moção de Congratulações ao Exmº Sr. Prefeito do Município de Cuiabá, Roberto França Auad, e ao Exmº Sr. Secretário Municipal de Serviços Urbanos, Ivan Pimentel Francisco, pela relevante iniciativa da administração municipal em implantar na Capital mato-grossense a Central de Atendimento Municipal de Serviço Funerário, cuja obra teve o seu lançamento no passado dia 16, e destina-se a agrupar num só local, Rua Almeida Lara, no Bairro Bandeirantes, representantes de cada setor envolvido nos procedimentos de funerais e sepultamentos, privilegiando sobremaneira o atendimento a famílias carentes e evitando, por outro lado, que famílias enlutadas fiquem a andar de meca em meca à procura de providências nos momentos mais dolorosos da vida humana.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 20 de junho de 2000.
Deputado CARLOS BRITO - PSDB”

Encerrado o Pequeno Expediente, passemos ao Grande Expediente (PAUSA). Com a palavra, o nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, eu quero falar sobre vários assuntos, mas eu vou tocar no assunto de um material que eu recebi de um careca, que estava ali, sentado na galeria, que eu não sei o nome e nem faço questão de saber... Esse material sobre o FETHAB eu nem sei se vem para a Pauta hoje... Esse Senhor, eu até gostaria que ele estivesse aqui... Em respeito ao Deputado José Carlos Freitas, que estava com ele, eu não o pus para fora da nossa ante-sala, porque a forma como ele se dirigiu a mim foi muito desrespeitosa, eu não aceito isso, dizendo que ele já leu isso aqui e, aliás, não precisava ler, porque: “Vossas Excelências são todos ‘paus-mandados’ do Governo...” A sorte dele é que eu ainda estava meio calmo, mas eu não aceito esse tipo de intervenção.

Quero dizer que eu não tenho medo de votar matéria do Governo aqui, ninguém vai me pôr canga no pescoço... Voto com convicção! Na hora em que eu resolver não votar matéria do Governo, eu já fiz isso aqui por diversas vezes... Quero dizer publicamente para ele e para quem quiser ouvir - e para quem está pondo *outdoor* - que eu vou votar a favor do FETHAB, e tenho convicção do porquê eu vou votar, tenho convicção por que é que eu vou votar! E vou questionar o Sr. Zeca d’Ávila, da FAMATO, em relação ao que ele anda dizendo dos Deputados pelos quatro cantos do Estado de Mato Grosso. Sou um Deputado independente, se eu resolver votar contra o Governo, eu voto, mas eu tenho o compromisso de votar, e vou votar.

Quero avisar ao Deputado Rene Barbour, nosso Líder, que pode contar com o meu apoio nessa matéria - e que pessoas mal educadas saibam se dirigir a um Parlamentar de três mandatos e que trabalha dia e noite para o desenvolvimento deste Estado.

Sr. Presidente, hoje nós tivemos um dia incomum aqui nesta Assembléia Legislativa. Desde as 09:00 horas, convocados pela nossa Presidente Deputada Serys Shessarenko, da CPI do Narcotráfico, nós ouvimos, hoje, o depoimento de José Maria Machado, acusado em “n” processos por narcotráfico e como mandante de assassinatos. E ele nos surpreendeu ao dizer, hoje, publicamente, que um Deputado Estadual estava envolvido com o narcotráfico e que ele teria já, em mãos - e mostrou um envelope amarelo naquele momento -, provas contra esse Deputado Estadual, e queria falar para a CPI. Imediatamente, os membros da CPI intimaram o Sr. José Maria Machado a proferir o nome deste Deputado e a apresentar provas de comprometimento do Parlamentar com o narcotráfico.

Disse também que tinha denúncia séria contra os membros do Poder Judiciário, citando uma cifra de duzentos mil dólares, que teriam sido pedidos a ele por autoridades judiciárias, no sentido de liberá-lo de qualquer tipo de processo e até da cadeia - ele teria recebido essa proposta antes

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE JUNHO DE 2000,
ÀS 20:00 HORAS.

e depois de ser preso -, e disse também que falaria quem eram os membros do Poder Judiciário que tomaram essa iniciativa.

Disse ainda que denunciaria a corrupção no Presídio do Carumbé, onde os diretores e carcereiros cobravam taxa de zelo para facilitar transferência para outras penitenciárias, para uso de telefone celular e outras facilidades naquele presídio. Imediatamente, como Relator dessa CPI que eu considero muito séria, Srs. Deputados, nós convocamos o Deputado Riva, Presidente da Casa, para se fazer presente, uma vez que o Poder Legislativo tinha sido maculado em virtude de uma declaração, e assim fez o Deputado Riva, acompanhando-nos durante todo o dia neste depoimento.

Por iniciativa nossa, nós pedimos à Deputada Serys Slhessarenko que fizesse uma convocação permanente extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, da CPI do Narcotráfico, para que ficasse de plantão o tempo que fosse necessário, até que o Sr. José Maria Machado desse o nome do Parlamentar, o nome do pessoal do Poder Judiciário, segundo denúncia dele, e os nomes dos funcionários do Presídio do Carumbé.

Depois de uma longa negociação, nós conseguimos trazer dois funcionários do Carumbé, foi feita essa acareação - eles ficaram frente a frente com o José Maria Machado. E trouxemos aqui na Casa o Secretário de Segurança Pública, Dr. Corbelino, porque uma das exigências do José Maria Machado para nos falar o nome do Deputado era que os seus dois irmãos e mais um amigo que estão presos no Carumbé fossem transferidos, ou para Cáceres, ou para Mirassol d'Oeste.

Imediatamente, a nossa Presidente Deputada Serys Slhessarenko acionou o Secretário de Justiça, o Dr. Hermes de Abreu, que estava em Brasília, em audiência com o Ministro da Justiça, mas falou com ela por duas vezes sobre a transferência desses presos para aquela região. E convocamos aqui, a CPI convocou o Secretário de Segurança Pública, o Dr. Corbelino, e seus Diretores do Sistema Prisional de Mato Grosso.

A exigência do depoente era que seus dois irmãos e mais um companheiro fossem para Mirassol d'Oeste ou fossem para Cáceres, que ele tivesse... Quando nós cobramos as provas que ele dizia ter contra o Deputado, ele já disse que não tinha mais as provas lá, conforme havia dito na reunião da CPI.

Convocamos imediatamente o seu advogado, Dr. Paulo Medeiros, porque segundo ele só com autorização do advogado é que ele poderia falar o nome do Deputado e os nomes dos membros do Poder Judiciário envolvidos com a questão. Convocado o advogado do Sr. José Maria Machado, qual foi a nossa surpresa quando o advogado fez duas colocações para a CPI: primeiro, que desconhecia completamente esse assunto do Deputado e o cliente dele... Ora, meu Deus, como é que uma pessoa que está presa há um ano e quatro meses faz uma declaração como essa contra um Deputado, e o seu advogado não sabia que ele tinha conhecimento disso - isso já nos causou a primeira estranheza. A segunda é que ele alega que em São José dos Quatro Marcos, na época em que começaram, segundo ele, as perseguições a sua pessoa, ele estava com 86% nas pesquisas de intenção de votos para ser o candidato a Prefeito de São José dos Quatro Marcos, e em seguida começou essa perseguição, dizendo do seu envolvimento com o tráfico, desestabilizando a sua candidatura, e o pior, segundo ele, é que ele está há um ano e quatro meses preso e não foi condenado em nenhum dos processos.

Indagado sobre a necessidade que ele tinha de apresentar provas concretas contra esse Deputado que ele não havia revelado o nome, ele solicitou da CPI livre trânsito na Penitenciária da Mata Grande em Rondonópolis, com a possibilidade de usar o telefone, fazer reuniões com presos do presídio, elencar testemunha para trazer, segundo ele, em cinco dias e apresentar à CPI. A CPI fez um compromisso então com ele, porque ouvimos do Secretário de Segurança que a transferência e a saída do Carumbé seriam efetuadas e nos comprometemos com isso - mas a outra surpresa que nós tivemos

foi que o advogado, na nossa frente, orientou-o a não citar o nome de nenhum membro do Poder Judiciário...

Eu estou relatando fielmente o que aconteceu para que os Senhores possam fazer um prejulgamento. A partir do momento em que ele dizia que tinha um Deputado envolvido, dizia que tinha provas, e não tinha, dizia que falaria o nome do membro do Poder Judiciário e não falou, apenas ficamos na acareação com os dirigentes da Penitenciária do Carumbé, esta CPI deu um prazo para que até a próxima segunda-feira ele trouxesse provas concretas, e ele citou o Deputado Amador Tut como envolvido nessas questões.

Foram acusações... A meu ver, eu não posso fazer um prejulgamento, até porque eu vou ser o Relator, mas foram afirmações extremamente evasivas, quer me parecer até encomendadas, nos deu essa impressão, houve um contraditório muito grande, mas esta Casa, através do Deputado Riva, através da CPI, vai manter contato com o Desembargador Munir Feguri, no sentido de que nós possamos transferir essas pessoas para a região solicitada, ou Mirassol d'Oeste ou Cáceres...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Já concedo.

E queremos dizer a todos os Srs. Deputados que iremos a fundo nessa questão da apuração dos fatos em relação a qualquer pessoa!... Esta CPI trabalhou hoje cerca de doze horas, manteve contato com a Juíza Olinda, de Araputanga, que disse à Deputada Serys Silhessarenko e a mim que não aceitava os presos de forma alguma, alegando que um grupo de doze pessoas, armadas com metralhadoras e espingardas calibre 12, já havia feito a retirada desses presos de lá uma vez.

Então, é isso que está ocorrendo na CPI, eu gostaria, como Relator, de passar essas informações a todos os Srs. Deputados, para que indagados por alguém possam ter conhecimento do fato.

Ouçó o Deputado Zé Carlos do Pátio, membro da CPI.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Deputado Humberto Bosaipo, eu quero aqui colocar aos meus colegas Deputados, até para ilustrar melhor, que nós nunca tememos buscar a verdade na CPI. O tempo todo, todas as precondições que o Sr. José Maria Machado nos solicitou para que ele falasse o nome das pessoas do Poder Judiciário e o nome do Deputado nós encaminhamos - todas as exigências dele nós solicitamos -, e fomos impedidos justamente por outros Poderes constituídos do Estado de Mato Grosso.

O Poder Legislativo nunca temeu e sempre buscou a transparência. O que dá para pressupor é que, na verdade, só queriam atingir o Poder Legislativo. Os outros Poderes ficariam intocáveis, porque eles queriam saber o nome do Deputado. E nós queremos a verdade! Se o Deputado for culpado, nós vamos, realmente, tomar as devidas providências. Entretanto, na hora em que o réu José Maria Machado colocou que queria os irmãos dele fora do Carumbé, lá na região de Cáceres, nem que tivesse toda a força policial lá, ou em qualquer outro lugar que desse mais segurança, e que ele iria também denunciar o membro do Poder Judiciário, e de outros Poderes - inclusive o próprio Poder Judiciário pouco contribuiu conosco, porque uma das pré-exigências que nós tivemos, sabem qual foi? Ele falou o seguinte: "Olha, eu já estou envolvido em muita coisa, se esta CPI não cumprir com a palavra que teve comigo, eu não vou continuar a denunciar nada".

Ora, a primeira condição para ele falar a verdade do que está acontecendo, porque ele denunciou o Poder Judiciário e o Poder Legislativo, era nós atendermos as pré-condições dele. E, na verdade, a CPI nunca temeu. Ela procurou, o tempo todo, atender todas as pré-condições dele, que era a transferência dos irmãos dele, que era a questão lá do Presídio da Mata Grande, que se ele fosse ameaçado, na hora se desse uma condição para ele sair... Se ele quisesse sair do Estado de Mato Grosso, nós já estávamos contatando, fora do Estado, todas as pré-condições que ele exigiu. E quando

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE JUNHO DE 2000,
ÀS 20:00 HORAS.

nós chegamos no Poder Judiciário, nós não conseguimos o mesmo eco...

Então, eu quero aqui colocar que quando o Deputado Humberto Bosaipo... E dá para pressupor que estão querendo desviar as atenções, isso dá para pressupor sim, porque a CPI do narcotráfico fez tudo para buscar a verdade hoje, em outros setores constituídos, inclusive no Governo do Estado - e aqui eu quero parabenizar o Secretário de Segurança Pública, que sempre procurou fazer, procurou contribuir -, mas principalmente o Poder Judiciário pouco contribuiu para fazer os encaminhamentos que deveria fazer.

Eu quero aqui fazer, Deputado Humberto Bosaipo, esse relato, até porque nós não tememos nada, e que a verdade seja posta, realmente, aberta. Essa é a posição da CPI do Narcotráfico.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Muito obrigado, Deputado.

Eu quero dizer, também, que acredito na inocência do Deputado Tut. Eu convivo neste Parlamento, já vou para o terceiro mandato com o Deputado Tut, eu o tenho como um homem extremamente trabalhador, um homem que se dedica exclusivamente às suas empresas. E certamente, Deputado Zé Carlos do Pátio, esse desvio de atenção em função da Assembléia Legislativa, isso não vai parar nessa CPI, se houver necessidade, eu falo como Relator, e a Presidente já me autorizou, nós vamos prorrogar essa CPI o tempo necessário para apurar a verdade no Estado.

A CPI começou a mostrar o mapa do crime organizado e do narcotráfico em Mato Grosso... Um dado importante, no ano passado, nesse mesmo período, seiscentos quilos de cocaína foram apreendidos. Com a instalação da CPI, em setembro, em Mato Grosso, menos de cem quilos de cocaína foram apreendidos.

A Sr^a Serys Shessarenko (DE SUA BANCADA) - No mesmo período!

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Exatamente, no mesmo período. Sinal que já houve uma coibição, já se deu um pára por aí nessa questão da droga.

Agora, o que eles querem é isso, é que o assunto passe para o esquecimento, porque este mês nós vamos encerrar a CPI, no mês de agosto nós vamos promover o relatório, e querem que essas coisas fiquem por aí.

Além disso, quero dizer, Deputado Zé Carlos do Pátio, que se a CPI não tiver mais condições de tratar deste assunto, nós vamos trazer o assunto aqui para o colendo Colegiado da Assembléia Legislativa, porque nós estamos fazendo uma contribuição ímpar às famílias que moram em Mato Grosso, no País, apontando o mapa do narcotráfico. Agora, que tem muita gente preocupada, tem - que tem muita gente preocupada com essa CPI, tem!

O Sr. Moacir Pires - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Ouço o Deputado Moacir Pires.

O Sr. Moacir Pires - Muito obrigado, Deputado Humberto Bosaipo.

Eu quero parabenizar todos os Deputados membros da CPI pela seriedade com que trataram o assunto, quando esse indivíduo tocou no nome de um Parlamentar desta Casa, exigindo que se esclarecesse, que fossem feitos os esclarecimentos.

E gostaria que essa CPI, Deputado Humberto Bosaipo, pela seriedade com que vem tratando o caso - e nós vimos um artigo no final de semana, dizendo que já tem diminuído gradativamente as apreensões de droga no nosso Estado -, pedisse que a imprensa trate com o maior respeito o cidadão que é o Deputado Amador Tut, porque de repente vem uma pessoa aqui, cita o nome de um Deputado, e amanhã sai estampado, referindo-se a ele como um provável traficante no Estado de Mato Grosso. E até provar que “focinho de porco não é tomada”, a pessoa já estará desgastada perante a sociedade. Eu gostaria que a imprensa ouvisse bem as palavras e o que essa pessoa tentou fazer ao querer denegrir a imagem desta Casa de Leis.

Portanto, Sr. Deputado, que os membros da CPI tomem bastante cuidado com as

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE JUNHO DE 2000,
ÀS 20:00 HORAS.

peessoas que vêm aqui prestar esclarecimentos e começam a envolver membros da Justiça, membros do Parlamento, membros do Executivo, tirando das costas deles e sobrecarregando esses outros Poderes - essas pessoas não têm responsabilidade nem com as suas famílias, quanto mais com as outras pessoas de quem citam os nomes. Era isso que eu gostaria de dizer.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Muito obrigado, Deputado Moacir Pires.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Antes de Vossa Excelência falar, para não esquecer, porque a minha memória hoje está cansada, devido ao trabalho que nós tivemos, eu quero incorporar o aparte do Deputado Moacir Pires ao meu pronunciamento.

Ouçó, agora, Vossa Excelência.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Eu quero só colocar que me ficou uma dúvida muito clara... Um Deputado foi denunciado, e quando nós pedimos para denunciar o Poder Judiciário: "Ah, esse eu não posso denunciar agora. Primeiro, nós temos que fazer umas pré-condições; depois, eu tenho que esperar o julgamento de algumas pessoas envolvidas, porque, senão, essas pessoas poderão ser comprometidas". Ouçam só... Quer dizer, na verdade, as coisas estão muito mal explicadas.

Agora, eu quero registrar novamente... Quer dizer, estão procurando preservar o Poder Judiciário e vir para cima do Poder Legislativo. Que venha a verdade, mas que venha a verdade num todo, que não venha a verdade de uma parte só. Muito obrigado.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Agradeço novamente ao Deputado Zé Carlos do Pátio... (O SR. DEPUTADO ELIENE APROXIMA-SE DO MICROFONE DE APARTES.)

Ouçó o Deputado Eliene.

O Sr. Eliene - Eu gostaria também, nobre Deputado Humberto Bosaipo, de parabenizar a CPI do Narcotráfico, porque tem feito um trabalho muito esclarecedor e corajoso, haja vista que nós estivemos nos dias 02 e 03 de junho em Belém, no Pará, e, conversando com vários Deputados que participaram do Parlamento Amazônico, observamos que a grande maioria das Assembléias não teve a coragem de abordar esse assunto, tal o risco que ele representa, inclusive para os familiares, para as pessoas que estão trabalhando no esclarecimento.

E gostaria também, não quero aqui livrar a cara do nosso colega Deputado Amador Tut, mas eu quero me solidarizar com o Deputado Amador Tut, até que se prove o contrário, porque eu acho que nós tínhamos que exigir, para se falar que o Deputado Amador Tut ou qualquer um de nós está envolvido, que se falasse também o nome dos Juízes, dos Desembargadores, porque, senão, nós vamos carregar essa carga sozinhos.

Então, eu quero me solidarizar e dizer que, muito mais grave do que não punir o culpado é usar um inocente como bode expiatório, e o Deputado Amador Tut não pode pagar essa conta enquanto esse cidadão não esclarecer quem são os Juízes, quem são os Desembargadores, realmente com todas as provas que ele trouxer, colocar à tona. Era isso o que eu queria colocar.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Eu agradeço e comungo com o pensamento do Deputado Eliene, no sentido de que nós vamos ouvir o Deputado Amador Tut, nós vamos conversar com o Deputado Amador Tut, ele vai ter a oportunidade de, na CPI, dar as suas explicações, mas nós demos um prazo para o José Maria Machado até segunda-feira, para que ele possa apresentar provas concretas, não provas levianas - provas concretas, não é prova de "ouviu falar" -, ele está ciente disso.

O Sr. José Carlos Freitas - Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Concedo um aparte ao Deputado José Carlos Freitas.

O Sr. José Carlos Freitas - Deputado, eu também, sensibilizado com o atual problema que vem afligindo o nosso Estado, quero aqui, eu não poderia ficar omissso também neste momento,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QÜINQUAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE JUNHO DE 2000,
ÀS 20:00 HORAS.

parabenizá-lo e toda a equipe dos Deputados da CPI, que vem fazendo um trabalho realmente com muita transparência e segurança acima de tudo, e vem trazendo o fato à tona e a verdade para mostrar à sociedade mato-grossense.

Está de parabéns este Parlamento, uma Legislatura que realmente vai ficar marcada neste século aqui dentro do Estado de Mato Grosso, porque o trabalho está sendo realmente visto por todo o Estado de Mato Grosso, e acima de tudo é o desejo e a vontade popular, porque ninguém mais suporta a criminalidade, a injustiça, os fatos que infelizmente vêm ocorrendo através das drogas que causam mal aos nossos filhos, aos filhos de outras pessoas e aos futuros jovens e mulheres deste País. Portanto, este trabalho tem sido benéfico a toda a sociedade mato-grossense.

Com certeza, Deputado Humberto Bosaipo, o aplauso tem sido de toda a população mato-grossense, pelos relevantes serviços prestados, com transparência, acima de tudo, da CPI aqui na Assembléia Legislativa. Parabéns! Que Deus ilumine Vossa Excelência e toda a sua equipe, para que possa realmente continuar trabalhando em prol do nosso Estado.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Obrigado, Deputado José Carlos Freitas.

E dizer que esse é o objetivo da CPI, que está sendo muito bem conduzida pela Deputada Serys Shlessarenko.

O Sr. Hermínio J. Barreto - Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Já permito.

A Deputada Serys Shlessarenko tem se dedicado vinte e quatro horas a esta CPI, até prejudicando a sua candidatura à Prefeitura de Cuiabá. E, além dela, todos os membros titulados na CPI, inclusive o Deputado Zé Carlos do Pátio, que assumiu agora, não faltaram em nenhuma audiência Pública - Vossas Excelências imaginem a dificuldade nossa agora, na recente convenção partidária...

Antes de esgotar o meu tempo, eu ouço o Deputado Hermínio J. Barreto.

O Sr. Hermínio J. Barreto - Deputado Humberto Bosaipo, eu uso desta tribuna, no aparte a Vossa Excelência, num pronunciamento equilibrado, chamando a atenção de todos nós e da imprensa do nosso Estado, daqueles que estão assistindo.

Quero também cumprimentar a CPI do Narcotráfico, cumprimentar a eminente Deputada Serys Shlessarenko, mulher de garra, de fibra, que tem acima de tudo mostrado a toda a sociedade de Mato Grosso a sua postura de querer realmente a verdade.

Eu tenho assistido a algumas audiências da CPI do Narcotráfico e realmente tenho visto toda a CPI, todos os seus membros insistirem, perguntarem e irem profundamente em busca da verdade, porque denúncias sem consistência, denúncias sem provas no Brasil viram realmente a chamada "CPI da Pizza". Com certeza, este Poder Legislativo, Vossa Excelência usando esta tribuna, demonstra a todos nós que está buscando a seriedade e, claro, quando há Poderes envolvidos há de se ir com muita profundidade.

E eu tenho certeza, até que me provem o contrário, de que o Deputado Amador Tut, dentro da sua simplicidade, dentro da sua maneira de agir aqui na sociedade do Estado de Mato Grosso, é um homem que fez muito pelo Estado, vai continuar trabalhando e vai buscar provas na Justiça e aqui na Assembléia Legislativa para que realmente não fique maculada a sua imagem perante a sociedade de Mato Grosso. Parabéns!

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Agradeço ao Deputado Hermínio J. Barreto e quero dizer que o Ministério Público, através de dois Promotores; a Polícia Federal, através de seus Delegados Especiais; e até o Ministério Público Federal têm participado efetivamente das audiências, porque nós procuramos representatividade em toda a sua formação. E nós já recebemos centenas e centenas de denúncias no Disque Denúncia da CPI, e essas denúncias são passadas para as autoridades competentes, para que a Polícia possa investigá-las - e estão investigando.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE JUNHO DE 2000,
ÀS 20:00 HORAS.

E acredito, Sr. Deputado Hermínio J. Barreto, que todos os membros da CPI já receberam ameaças, ameaças às vezes até no Disque Denúncia, de orelhões, de telefones não identificados, mas em nenhum momento esta CPI vai parar, até que se promova o resultado final dos seus membros. E eu sou o Relator, substituindo o Deputado Amador Tut, que pediu licença da vaga de Deputado em decorrência de rodízio com o Deputado Wilmar Peres, e foi até bom que isso ocorresse, porque ficaria uma situação muito difícil, Sr. Presidente, um Relator da CPI sendo acusado de estar envolvido com o narcotráfico - que Deus abençoe a todos nós da CPI no momento em que houve essa mudança aqui de Relator e até da posição do Deputado Amador Tut.

Agora, certamente, há muitos interesses escusos no sentido de não se apurar o envolvimento de autoridades do Poder Judiciário com esta CPI, há... O que o Deputado Zé Carlos do Pátio falou aqui é verdade, há uma preocupação, e nós não estamos achando ressonância no Poder Judiciário até agora! Vamos até pedir ao Presidente do Tribunal de Justiça, amanhã, que se abra mais essa questão, até em virtude do Dr. Paulo Lessa estar viajando.

Encerrado o meu tempo, Sr. Presidente, eu creio que um assunto desta importância ainda voltará à tona nesta tribuna. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Encerrado o Grande Expediente, passemos à Ordem do Dia (PAUSA).

Em discussão todas as Indicações apresentadas no Pequeno Expediente desta Sessão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovadas. Vão ao Expediente.

Moção de Congratulações de autoria do Deputado Carlos Brito, ao Exmº Sr. Prefeito de Cuiabá, Roberto França e ao Exmº Sr. Secretário de Serviços Urbanos, Ivan Pimentel Francisco, pela iniciativa da Administração Municipal implantar na Capital Mato-grossense a Central de Atendimento de Serviços Funerários, cuja obra teve o seu lançamento no dia 16 passado.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Apelo, de autoria do Deputado Rene Barbour, à Direção da UNIMED, contra a decisão de se transferir o atendimento médico hospitalar dos conveniados residentes no Município de Barra do Bugres, atualmente atendidos em Cuiabá, para a cidade de Tangará da Serra.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Requerimento de autoria do Deputado Carlos Brito, à Mesa Diretora, solicitando a transcrição nos Anais do Poder Legislativo Estadual de dois artigos publicados no jornal *Diário de Cuiabá*, edição de 14 de junho de 2000, o primeiro intitulado “Paulo Yule, um amigo”, da editoria do periódico mencionado, e o segundo “Breves anotações”, de autoria do Desembargador José Ferreira Leite, ambos alusivos à história de vida solidária e exemplar do Procurador do Estado de Mato Grosso Paulo Eliseu Yule.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 139/00, encaminhado pela Mensagem nº 21/00, de autoria do Poder Executivo, que altera dispositivos da Lei nº 7.263, de 27 de março de 2000. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, acatando as Emendas nºs 14 e 15, de autoria das Lideranças Partidárias, e rejeitando as Emendas nºs 01 a 13. Encaminho à Comissão de Constituição e Justiça, na pessoa do Presidente, para que se reúna em plenário... Retifico, com Parecer já escrito, conforme já anunciamos.

Em discussão o Parecer...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QÜINQUAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE JUNHO DE 2000,
ÀS 20:00 HORAS.

O Sr. Joaquim Sucena - Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Joaquim Sucena.

O SR. JOAQUIM SUCENA - Na Comissão de Constituição e Justiça nós não temos o relatório final...

Sr. Presidente, tendo solicitado vista deste Projeto na Comissão de Constituição e Justiça, posteriormente apresentado algumas emendas modificativas, e tendo o Projeto recebido outras emendas de outros Parlamentares, eu gostaria de fazer algumas colocações na discussão sobre as emendas que eu apresentei - e tive a oportunidade posteriormente de, conversando com o Presidente da Comissão, saber que elas não tinham sido aprovadas e algumas delas foram englobadas nas emendas posteriormente aprovadas, principalmente no aspecto referente ao seu teor ou mesmo obtendo através da discussão este Parecer feito pelo nobre Presidente por escrito.

Ficam ainda algumas pendências, Sr. Presidente, tal como a modificação da destinação dos recursos que anteriormente eram para o sistema rodoviário, e que na essência o Governo, através deste Projeto de Lei, desta Mensagem, altera significativamente, tendo em vista que os recursos passam a ser agora com relação a transporte, o que, se não houver uma perfeita fiscalização, deixa de ter aquilo que foi o mote para a sua criação, efetivamente, os resultados a serem obtidos.

Isso, Sr. Presidente, é que levou ao estabelecimento de algumas emendas, principalmente no sentido de se verificar e se dar paritariamente ao Conselho Diretor a participação daqueles que, realmente, geram os recursos para este Fundo. Da mesma forma, continuo achando que não se trata de Fundo, e muito menos de uma taxa, e que realmente venha a ser mais um imposto que o Governo cria em cima das áreas produtoras.

Já no conceito nós modificamos o sentido... E modificado o sentido, vejo também que parte daquilo que, realmente, esta Mensagem trazia, fazendo com que esses recursos pudessem, inclusive, ser em nível de segurança pública usados, com pagamento de pessoal e outros custeios correntes, através da emenda coletiva das Lideranças Partidárias, que nós já havíamos contestado, e passou a ter, também, através dos conselhos, mecanismos de fiscalização da aplicação desses recursos nos vários setores e aquilo que parece vir a se constituir, praticamente tendo seu Parecer já aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, vir a ser parte integrante deste Projeto.

Eu acredito que através desses Conselhos possam as entidades geradoras destes recursos participarem, também, principalmente os municípios, através da retenção na fonte dos recursos para o FETHAB, e possam ter, pelo menos, mecanismos e meios de vir a ter as suas necessidades atendidas através do Fundo, aplicando e fiscalizando corretamente os R\$0,02 do combustível, do óleo diesel, bem como R\$0,04 do álcool anidro e da gasolina, sendo que do óleo diesel não será repassado ao consumidor final, porém, a gasolina vai afetar diretamente o bolso do contribuinte, acrescentando-se R\$0,04 nos custos, nos preços da gasolina, do álcool anidro e da gasolina misturada - o que realmente vem a fazer com que a população sinta efetivamente no bolso o que representa o Fundo.

E, principalmente, tem que haver mecanismos para que a sociedade possa cobrar melhor trafegabilidade nas nossas estradas, que se encontram em péssimo estado de conservação.

Da mesma forma, também, emendas no sentido de que pudessem ser não privilegiados, mas sim que tivessem prioridade na distribuição das casas que possam vir a ser construídas com recursos do FETHAB, tendo em vista que não há, por parte do Governo, uma política habitacional consistente, tendo em vista que ele fechou a COHAB e, por conseqüência, deixou esse Estado sem uma política habitacional, que visava efetivamente atender os portadores de deficiências

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE JUNHO DE 2000,
ÀS 20:00 HORAS.

físicas sem teto, para que pudessem ser melhor atendidos - isso também tem o lado social deste Fundo, no que infelizmente não tivemos oportunidade de ser atendidos.

E eu gostaria, Sr. Presidente, de pedir destaque para a votação em separado desta emenda, daquelas pessoas que, sendo portadoras de deficiência física, possam vir a ter acesso diferenciado às casas que venham a ser construídas pelo FETHAB.

Da mesma forma, solicitamos também, e nesse particular fui atendido através dessa Emenda Modificativa que pegou várias emendas, principalmente com relação ao Artigo 18, e me sinto atendido nessa pretensão pela Emenda nº 14, que realmente traz ao Projeto alguma consistência, algum mecanismo de contenção de abusos que possam haver por parte dos executores do Fundo.

De modo, Sr. Presidente, que me vendo parcialmente atendido, principalmente o espírito de alteração...

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Informo que o tempo de Vossa Excelência encontra-se esgotado.

O SR. JOAQUIM SUCENA - Solicito um minuto para concluir meu raciocínio, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Concedo mais um minuto apenas.

O SR. JOAQUIM SUCENA - De modo que gostaria de dizer, para concluir, tendo em vista não ter ainda dado o meu voto, que apesar das alterações contidas, o meu voto na Comissão é contrário ao Parecer e solicito também à Mesa a votação em separado da Emenda nº 07, que ela tenha votação em separado, para que possa vir a ser atendida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em discussão...

O Sr. Carlos Brito - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Carlos Brito.

O SR. CARLOS BRITO - Sr. Presidente, rapidamente, somente para explicar aos demais companheiros que tivemos oportunidade de tratar da matéria com a equipe econômica do Governo e com o próprio Governador Dante de Oliveira, e esclarecemos muitas dúvidas geradas na semana que passou, na última Sessão.

Portanto, substituímos as emendas apresentadas por duas emendas, atribuídas às Lideranças Partidárias, que estão abertas a quem desejar assiná-las, mas deixando claro três aspectos principais: primeiro, foi retirada do texto a possibilidade do custeio de folha de pessoal com recurso do FETHAB; segundo, o Governador autorizou que incluíssemos na Lei dispositivo para a organização dos comitês regionais para acompanhamento da execução do FETHAB; e terceiro ponto, na questão do óleo diesel, a redução de 0,04% para 0,02% sobre o ICMS.

Ou seja, na realidade nem o segmento dos combustíveis, nem o consumidor pagarão sobre o óleo diesel, porque haverá uma transferência do que já se cobra através do ICMS e que cai no Tesouro Estadual, deixando de cair no Tesouro Estadual e passando a cair no FETHAB. Portanto, são essas as três observações que gostaria de fazer. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação...

O Sr. Nico Baracat - Solicito a palavra, para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Nico Baracat.

O SR. NICO BARACAT - Sr. Presidente, nós dispomos de quanto tempo?

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Vossa Excelência dispõe de cinco minutos no

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE JUNHO DE 2000,
ÀS 20:00 HORAS.

encaminhamento.

O SR. NICO BARACAT - Sr. Presidente, não houve um encaminhamento, porque dois Deputados discutiram, algumas Bancadas não têm representatividade nas Comissões e, automaticamente, não tivemos acesso a essa discussão do novo projeto do FETHAB, que taxa o setor produtivo do Estado - o projeto datado do dia 13/06, que chegou a esta Casa, sendo votado no dia 20/06...

Sr. Presidente, quanto às alterações, eu quero encaminhar da seguinte forma, com a minha Bancada, do PMDB, como Líder da Bancada, nós não concordamos com a implantação do FETHAB, nós não concordamos e não discutimos, não tivemos a oportunidade de discutir o Projeto com mais profundidade, devido à sua tramitação. A nossa posição, enquanto Bancada, permanece a mesma, de ser contra o FETHAB, contra qualquer alteração advinda desse imposto que está, com certeza, taxando todo o setor produtivo do Estado de Mato Grosso. Esse é o nosso encaminhamento, Sr. Presidente.

E pedimos à Mesa Diretora que, em projetos importantes como este, a Comissão abra um espaço para discussão para os Deputados que não fazem parte das Comissões Permanentes da Casa, para que possamos ajudar as próprias Comissões a dar um encaminhamento, talvez um rumo melhor em determinadas matérias dentro do Poder Legislativo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Continua em votação...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para encaminhar, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, eu quero...

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu só solicito a Vossa Excelência que diga se é favorável ou contrário...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu sou contra o FETHAB.

Eu quero, Sr. Presidente, para encaminhar votação, fortalecer a palavra do Deputado Nico Barcat, dizendo que a Bancada do PMDB é contra, e quero que fique registrado em Ata, inclusive na Ata de resumo que nós temos aqui na Assembléia Legislativa, que a Bancada do PMDB é contra a criação e alteração de qualquer imposto. A Bancada do PMDB é contra a criação do FETHAB! Nós queremos que o Governo reduza os impostos que existem e elimine o FETHAB, que é o imposto sobre a produção.

Realmente, no momento em que nós estamos criando desenvolvimento neste Estado, o Governo está criando novos impostos. Então, nós somos contra o FETHAB, contra a criação desse imposto, contra os impostos mais caros de Mato Grosso, que são os impostos sobre a energia elétrica, a telefonia, o IPVA e agora do FETHAB, sobre o boi, que vai atingir a carne, sobre a soja, porque no momento em que o Governo Federal criou a Lei Kandir para desonerar a soja para ter competitividade lá fora, o Governo do Estado criou o imposto para a soja e contra os combustíveis. Eu quero aqui dizer que a Bancada do PMDB é contra a criação do FETHAB, contra impostos que este Governo está criando. Muito obrigado.

O Sr. Joaquim Sucena - Sr. Presidente, para encaminhar.

O Sr. Nico Barcat - Sr. Presidente, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Favorável ou contrário, Deputado Joaquim Sucena?

O SR. JOAQUIM SUCENA - Favorável.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para encaminhar, o nobre Deputado Joaquim Sucena - antes eu concedo a palavra, pela Ordem, ao nobre Deputado Nico Barcat.

O SR. NICO BARACAT - Sr. Presidente, para externar de novo a este Parlamento

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE JUNHO DE 2000,
ÀS 20:00 HORAS.

Estadual a nossa indignação para com o Governo do Estado, pela forma como ele trata a Assembléia Legislativa.

Aqui nós temos um Ofício Circular nº 595, da SEFAZ, do dia 12/06/2000, já encaminhando as normas de aplicação e cobrança do FETHAB, sem que a alteração da lei seja devidamente apreciada por este Poder - está aqui o Ofício da Secretaria de Fazenda, exigindo a partir do dia 15/06/2000.

Eu acho que isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é um desrespeito ao Poder Legislativo, por nós não termos realmente apreciado a questão da alteração proposta do Executivo dentro deste Parlamento. Muito obrigado.

O Sr. Wilson Teixeira Dentinho - Solicito a palavra, para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu quero, antes de conceder a palavra, para encaminhar, ao Deputado Wilson Teixeira Dentinho, informar ao Deputado Nico Baracat que o Governo faz a alteração baseado na Lei que ele altera, que é a Lei nº 7.263, e é apenas sobre a gasolina e o álcool anidro, até porque essa Lei altera apenas a cobrança dos quatro centavos do combustível, do óleo diesel. A gasolina e o álcool anidro continuam conforme prevê a carta que Vossa Excelência acaba de ler.

Com a palavra, para encaminhar favoravelmente, o Deputado Joaquim Sucena.

O SR. JOAQUIM SUCENA - Sr. Presidente, eu preciso do processo...

Eu quero deixar bem claro, Sr. Presidente, que esta Mensagem atende alguns interesses da classe produtora, principalmente dos distribuidores de combustível, tendo em vista que ela altera o percentual a ser cobrado pelo Governo, deixando inclusive de ser repassado ao consumidor. É nesse sentido que eu estou favorável.

Agora, quero dizer também, Sr. Presidente, que sou contra a criação de impostos, contra o aumento exagerado de impostos, contra esta verdadeira parafernália que virou o Estado de Mato Grosso quando se fala em cobrar impostos e criar novas fontes para serem tributadas. Da mesma forma que acho e continuo achando - vou achar enquanto existir bitributação, "tri", "quadritributação" - , quando se diz que a circulação, que é o fator gerador, deve ser cobrada tantas vezes quanto o gado circule, eu não vejo por esse prisma, porque se o gado sai de um canto para o outro, simplesmente se ele não for ou se for comercializado, o cidadão comprador vai pagar o custo da transferência desse gado. De modo que, quando ele vai transportá-lo, ele já pagou o ICMS, está fazendo um incremento sobre o transporte do gado. E eu acredito, continuo achando, e não posso de maneira nenhuma alterar aquilo que é a grande maioria aqui no plenário desta Casa, mas quero deixar também bem claro que sou contra a criação de novos impostos ou o aumento abusivo dos impostos já incidentes, contra principalmente fazer com que caia sobre a classe produtora um aumento e um incremento de impostos.

Desta forma, Sr. Presidente, devo votar, já disse, contra o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, para que este projeto não tramite, apesar de ser favorável à Mensagem, tendo em vista que ela reduz alguma coisinha com relação aos impostos que foram criados, para, sob o nome de taxa, alimentar o chamado FETHAB. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu vou conceder a palavra, pela Ordem, ao nobre Deputado Zé Carlos do Pátio, mas eu quero dizer aos Srs. Deputados que, de acordo com o nosso Regimento Interno, são dois encaminhamentos favoráveis e dois contrários, apesar de o Deputado Joaquim Sucena ter tentado enganar a Mesa, já foram três encaminhamentos, falta apenas o encaminhamento do Deputado Wilson Teixeira Dentinho.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu quero deixar a proposta que Vossa Excelência, brilhantemente, um dia desses falou nesta tribuna, é a proposta que, inclusive, a Bancada de Oposição

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE JUNHO DE 2000,
ÀS 20:00 HORAS.

quer colocar a Vossa Excelência: vamos revogar a Lei do FETHAB, fazer um projeto de lei revogando a Lei do FETHAB... Ao invés de ter qualquer tipo de alteração, vamos revogar a Lei do FETHAB, porque não vai, nós precisamos acabar com essa Lei do FETHAB.

Deixo essa proposta à Bancada do Governo: nós revogamos a Lei do FETHAB, até porque o Governo não sabe nem onde pôr esse dinheiro - primeiro, ele falou que era só para estrada, agora está inventando outras coisas.

Então, proponho a Vossa Excelência, que é um Deputado brilhante, que é o Presidente da Assembléia Legislativa, que fez um discurso brilhante, que eu até aplaudi, nós entrarmos com o pedido da revogação da Lei do FETHAB. Hoje, nós vamos criar um fato político, realmente, que vai ser muito mais manchete do que a CPI do Narcotráfico, hoje, ali... Vai ser a manchete dos jornais de amanhã, vai ser a revogação da Lei... Deixo essa proposta aqui em aberto.

O SR. PRESIDENTE (RIVA - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Vossa Excelência contará com o meu apoio, em setembro, se não tiver atingido os objetivos, conforme eu falei no meu discurso.

Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Wilson Teixeira Dentinho.

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - Sr. Presidente, estou encaminhando favorável, até porque, Sr. Presidente, nós precisamos justificar para a sociedade mato-grossense a questão do FETHAB, com obras neste Estado de Mato Grosso.

O estranho aqui, Sr. Presidente, são situações que estão acontecendo sobre a discussão do FETHAB, e nós vemos hoje na cidade até *outdoor* com nosso nome, feito por pessoas que nunca pagam impostos, nunca contribuíram com nada. E o pior é o seguinte: puseram nome em alguns Deputados que são contra, e eu não vejo nesta Assembléia Legislativa quem seja contra o desenvolvimento, quem seja contra o crescimento do Estado, não estou vendo de maneira nenhuma. Estou vendo aqui algumas discussões, mas e a discussão de quem é contra e quem é a favor em Brasília?

Então, é muito fácil o PMDB vir aqui falar de oposição, mas lá em cima ele está conosco - e atravessou a ponte, nós estamos juntos também. Então, esse discurso não vai colar mais para a sociedade. Vamos parar com essa questão que é Oposição, que não é oposição a nada, nós estamos no mesmo barco aqui, votando favorável ao crescimento deste Estado, e é junto com o Deputado Nico Baracat, eu e o Deputado Zé Carlos do Pátio somos favoráveis ao aumento de salário dos funcionários públicos do Estado, e como nós vamos dar aumento se não arrecadarmos impostos? Ou será que este Estado vai fabricar dinheiro?

Então, essa discussão, essa questão de palanque, ontem eu ouvi o horário eleitoral do PMDB, muito bonito, lindo, quero parabenizar o Líder do PMDB, um horário eleitoral muito lindo, muito bonito, mas é discurso, nós precisamos pôr aquilo em prática. Infelizmente, nós não estamos vendo isso e essa história de Oposição nós temos que acabar aqui. Vamos crescer este Estado, vamos arrecadar, vamos construir, é um Estado que precisa de mais, a cada dia que passa...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Pela Ordem, Sr. Presidente, eu fui citado.

O SR. WILSON TEIXEIRA DENTINHO - E não esquecer, Sr. Presidente, que eu sou do berço, nasci ali no grandioso PMDB - a turma está alvoroçada, aqui, brava, Sr. Presidente. Mas não tem problema, estou pronto para o embate com meu ex-companheiro e amigo do PMDB a qualquer momento, a qualquer hora, em qualquer tribuna, e em qualquer lugar, porque nasci dentro do PMDB e sei muito bem o berço em que eu nasci, conheço bem. Então, vamos parar com essa história de Oposição aqui e vamos votar favorável às estradas de Mato Grosso.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Em votação...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE JUNHO DE 2000,
ÀS 20:00 HORAS.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu concedo a palavra, pela Ordem, após a votação.

Em votação o Parecer. Os Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

O Sr. Nico Baracat - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Nico Baracat, e, em seguida, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. NICO BARACAT - Sr. Presidente, há uma posição partidária, e essa posição partidária contra o FETHAB foi tirada na primeira votação do Projeto. É uma posição política tirada internamente no nosso Partido, e essa posição política do Partido tem que ser traduzida dentro do Parlamento, e nós não mudamos, sejamos aliados do Presidente Fernando Henrique, estejamos compostos em qualquer município do Estado, a posição do Partido é contra o FETHAB, é contra o aumento de ICMS, é uma posição partidária que em composição nenhuma nenhum membro da Bancada do PMDB concorda, ou orientada pelo Partido votará a favor desta posição. Nós temos as nossas convicções partidárias, e essas convicções partidárias têm que ser respeitadas.

O Deputado Wilson Santos votou contra o salário mínimo de R\$151,00 e foi respeitada a sua posição dentro...

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - E está passando a pão e água!

O SR. NICO BARACAT - Sem dúvida nenhuma, pode passar até sem pão e sem água, Presidente, como já estamos acostumados a passar em vários pontos do Partido. Nós já ficamos sem Governo Federal, sem Governo Estadual. Não tem dificuldade! Eu acho que todos nós aqui, que somos agentes políticos, temos as nossas dificuldades, mas sabemos superá-las no momento exato, com uma posição partidária firme. E essa posição da Bancada vai continuar com relação ao ICMS da energia elétrica, da telefonia e com relação ao FETHAB. É uma posição partidária! Isso é determinação partidária, que vamos cumprir aqui dentro enquanto membros da Bancada. Muito obrigado.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Antes de conceder a palavra, pela Ordem, ao Deputado Zé Carlos do Pátio, eu quero apenas informar o seguinte...

Deputado Rene Barbour, até parece que nós estamos votando o FETHAB aqui. Nós estamos votando a alteração na Lei do FETHAB e, conseqüentemente, estamos retirando os quatro centavos do óleo diesel. Quem vota contra o Projeto está votando contra...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu peço a Vossa Excelência que me permita terminar de falar!

...está votando contra a retirada dos quatro centavos do óleo diesel - talvez até fosse conveniente reestudar isso.

Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, esse tipo de discurso não vai nos convencer, até porque nossa posição já foi inicial no Projeto de Lei. Tem Deputado que quer se justificar, porque está votando contra o povo e contra a produção, então, começa a querer se justificar e dar voltinhas... Dá vontade de... Quem está a favor, realmente, da produção já votou contra esse Projeto e votou contra agora, porque é uma posição política. E quem está a favor que se posicione e assum a sua posição, porque está aqui para assumi-la.

Eu quero até parabenizar o Deputado Humberto Bosaipo, que se posicionou firmemente. Não tem o que esconder.

Eu quero aqui, Sr. Presidente, dizer ao Deputado Wilson Teixeira Dentinho para não

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE JUNHO DE 2000,
ÀS 20:00 HORAS.

nos misturar. O Deputado Wilson Teixeira Dentinho já saiu do PMDB, que fique do lado de lá e nós do lado de cá. Nós já rompemos o cordão umbilical. Eu estou aqui fazendo oposição ao Governo, e quando eu fui Líder da Bancada do PMDB, eu falei que ele poderia ser do PMDB, mas aqui da Assembléia Legislativa quem ia liderar a Bancada seria eu.

E quero aqui dizer para ele que a partir do momento em que ele foi para o PSDB, eu respeito, ele foi para o PSDB, é uma questão de princípio dele, que ele trabalhe. Agora, não justifique a posição da Bancada do PMDB, porque o PMDB está tendo uma posição ética aqui de oposição ao Governo contra todo esse desmando.

Quanto às posições do Partido em outras instâncias, é uma coisa que não me compete; o que nós temos que fazer é uma reforma política neste País. Ora, enquanto não tiver reforma política, e tiver coligação... Tem que acabar com coligação! Cada Partido lança o seu candidato a prefeito, tem que ter fidelidade partidária, porque as pessoas mudam de partido como mudam de roupa. Então, essas coisas têm que mudar neste País.

Agora, eu estou fazendo a minha parte, eu sou um político de um Partido só, eu estou aqui me posicionando firme, ninguém tem nada que questionar a minha postura política, e eu acho que os colegas têm que respeitar. Se ele foi para o PSDB, tudo bem... Agora, se o PMDB tomou uma posição contrária em outras instâncias, não compete a mim, até porque os meus princípios, eu estou muito convicto deles. Era só isso, Sr. Presidente. E quero aqui dizer que estou acompanhando o voto do meu Líder, Deputado Nico Baracat, que colocou muito claramente a posição do PMDB aqui. Muito obrigado.

O Sr. José Carlos de Freitas - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado José Carlos Freitas.

O SR. JOSÉ CARLOS FREITAS - Sr. Presidente, eu estou admirado de ver aqui o posicionamento do Deputado Nico Baracat, e quero parabenizá-lo pela atitude benéfica ao vir aqui, contra, obviamente, os anseios da sociedade, porque é um aumento de impostos de energia elétrica, de telefonia, e agora do FETHAB. E eu pergunto ao colega, com muito respeito, como será o seu posicionamento no palanque, em Várzea Grande, junto ao Deputado Lino Rossi, candidato a Prefeito, contra os aumentos de impostos. Com muito respeito a Vossa Excelência, eu gostaria de ouvi-lo.

O Sr. Nico Baracat - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Nico Baracat.

O SR. NICO BARACAT - Sr. Presidente, se me permite mudar para a tribuna...(DIRIGINDO-SE AO MICROFONE DE APARTES)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Vossa Excelência tem toda a liberdade.

O SR. NICO BARACAT - As minhas convicções partidárias, Deputado José Carlos Freitas, não mudam em momento algum. Eu defendi que sou contra o ICMS, sou contra o aumento de ICMS que foi dado, sou contra a implantação do FETHAB e vou continuar contra, a posição é a mesma, nunca mudou, eu tenho isso na prática, Deputado.

A posição política do meu Partido, em Várzea Grande, de compor, de encaminhar uma composição com uma candidatura do PSDB, não muda a minha posição com relação a essas questões de ICMS, a essa questão do FETHAB, de forma e de maneira nenhuma! E disse que o Governo precisa reavaliar isso. Não vou, de maneira nenhuma, me perder do meu caminho, como muitos já se perderam e vão continuar se perdendo, quando não têm um posicionamento correto e, politicamente, um rumo.

Aqui tem Oposição, Deputado, e isso eu vou discutir, inclusive na proposta de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE JUNHO DE 2000,
ÀS 20:00 HORAS.

Governo que nós vamos apresentar à sociedade várzea-grandense. Isso vai ser discutido com a sociedade, porque nós temos certeza de que isso pode ser avaliado e com posicionamentos políticos corretos.

O Sr. Carlos Brito - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O Sr. Benedito Pinto - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, primeiro o Deputado Carlos Brito, depois o Deputado Benedito Pinto.

O SR. CARLOS BRITO - Sr. Presidente, eu gostaria de inverter com o Deputado Benedito Pinto, para encerrarmos esse capítulo da Várzea Grande e podermos prosseguir em outras discussões.

O Sr. Joaquim Sucena - Sr. Presidente, solicito a palavra, para uma Questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, para uma Questão de Ordem, o nobre Deputado Joaquim Sucena. Antes, eu pergunto, com base em que artigo do Regimento Interno?

O Sr. Joaquim Sucena - Artigo 342. Vossa Excelência tem a oportunidade de...
(NESTE MOMENTO, O SR. PRESIDENTE CONSULTA O REGIMENTO INTERNO - PAUSA.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Indefiro o pedido de Questão de Ordem de Vossa Excelência, uma vez que a matéria foi votada, não cabe mais Questão de Ordem.

O Sr. Joaquim Sucena - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Benedito Pinto e depois Vossa Excelência, uma vez que ele está na frente.

O SR. BENEDITO PINTO - Sr. Presidente, Deputado Riva, eu solicito que me seja assegurada a palavra, uma vez que nós estamos votando uma matéria tão importante para o Estado de Mato Grosso. Eu acho que neste exato momento nós fugimos do assunto que está em pauta, Sr. Presidente, e o debate está indo para o campo pessoal, de ataques de Deputados - eu acho que nós temos coisas muito mais importantes do que discussões levianas aqui nesta noite.

Eu gostaria de pedir que a Presidência prosseguisse a Sessão e encerrasse esse assunto, porque, na verdade, nós não viemos aqui para isso. Eu acho que sobre assuntos pessoais, partidários, cada um tem a sua consciência, e todos nós estamos convictos que estamos fazendo de acordo com a nossa consciência.

Então, eu peço à Mesa, à Presidência, que dê prosseguimento à Sessão e encerre esse assunto, uma vez que há muita turbulência quanto a um assunto que já está encerrado, a primeira parte, e vai ter que ir para outra parte.

Quero dizer aos colegas que todos nós estamos no mesmo barco. Num jornal de Várzea Grande está escrito, de José Vaca, que o Deputado José Carlos Freitas, que é do PPB, coloca-me, que sou do PSDB, coloca o Deputado Nico Baracat, do PMDB, tudo num barco só, Deputado. Aqui está dizendo que nós não fazemos nada. Então, o que as pessoas pensam de nós? Nós temos que encerrar esse assunto e mostrar para a sociedade o que nós estamos fazendo. É isso que nós temos que fazer. Muito obrigado.

O Sr. José Carlos Freitas - Solicito um aparte, Sr. Presidente.

O Sr. Joaquim Sucena - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O Sr. José Carlos Freitas - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Joaquim Sucena.

O SR JOAQUIM SUCENA - Sr. Presidente, eu volto a insistir na Questão de Ordem indeferida por Vossa Excelência, tendo em vista ter sido encerrada a votação do Parecer da Comissão

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE JUNHO DE 2000,
ÀS 20:00 HORAS.

de Constituição e Justiça, e pelo Artigo 342 eu gostaria de ver da parte de Vossa Excelência, tendo em vista já ter feito, durante o meu...

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu gostaria de ler o Artigo 342, para Vossa Excelência ver que não tem nada a ver com o assunto em pauta. O Artigo ao qual Vossa Excelência quer se referir talvez seja o Artigo o 347...

O SR JOAQUIM SUCENA - Exatamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - “...Excetuados...” Eu vou ler, já que Vossa Excelência falou Artigo 342 e eu estou supondo que Vossa Excelência queria argüir o seu pedido de destaque feito fora da hora.

O SR JOAQUIM SUCENA - A sua suposição é plena de certeza, Sr. Presidente, procede, e eu gostaria de retificar o número, tendo em vista que se refere realmente ao Artigo 347, e veja bem que não é o Artigo 174, senão eu iria ficar preso àquele assunto do Rio de Janeiro, que foi uma calamidade, que todos nós estamos...

O Sr. Carlos Brito (FORA DO MICROFONE) - Artigo 171...

O SR JOAQUIM SUCENA - Ou o Artigo. 171, que também é um perigo.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Vossa Excelência está se referindo ao Artigo 347: “Excetuados os casos e circunstâncias expressamente mencionados neste Regimento, os dispositivos das proposições principais serão sempre votados em primeiro lugar, e as emendas que sobre eles incidirem, a seguir, uma a uma”.

No caso de Vossa Excelência fazer o pedido de destaque no momento correto da Sessão, e Vossa Excelência deixou de pedir o destaque no encaminhamento e fez apenas uma referência ao pedido de destaque na discussão da matéria, portanto, fora de hora...

O SR JOAQUIM SUCENA - Não foi na discussão da matéria, Sr. Presidente. Foi exatamente ao firmar o meu voto, porque eu não tinha votado ainda na Comissão de Constituição e Justiça. E, a partir desse momento, fiz a alusão e agora pleiteei que a mesma seja considerada por Vossa Excelência, para que seja levada ao Plenário, nem que seja para ser rejeitada, mas eu gostaria que fosse levada ao Plenário esta emenda que tem alto teor social, tendo em vista que atende pessoas portadoras de deficiência física que, apesar de serem consideradas iguais perante a lei, têm uma série de dificuldades para conseguir vencer as suas deficiências. E eles, acredito eu, são merecedores de pelo menos um minuto de atenção por parte desta Casa, tendo em vista que o Governo inviabilizou qualquer projeto habitacional para este Estado, quando simplesmente liquidou a COHAB, Sr. Presidente.

Eu acredito que mais do que qualquer outra coisa, até que as próprias normas rígidas possam conter, gostaria de ter de Vossa Excelência o acatamento de nossa Questão de Ordem, por consequência levando ao Plenário, para discussão, a Emenda nº 05 - se não me engano, eu não tenho bem certeza disso -, para que possa ser votada em Plenário, tendo em vista que não mexe em absolutamente nada, e, sim, única e exclusivamente é contra a aplicação dos recursos que vierem a ser destinados à habitação e à construção de moradias, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu quero um pouquinho de atenção dos Srs. Deputados, porque no dia em que eu peço, na reunião do Colégio de Líderes, que se siga o Regimento Interno e o seu rigor, às vezes aparece Deputado que diz: “Não, tem que ser flexível...” O Deputado Riva sempre procurou ser flexível, mas dessa vez, Deputado Joaquim Sucena, Vossa Excelência vai me desculpar, Vossa Excelência pediu vista na Comissão de Constituição e Justiça no momento do Parecer, devolveu o Projeto sem o seu Parecer, tendo pedido vista, pediu a votação do destaque na hora da discussão, não observou o pedido no momento correto, e de acordo com o artigo 353 eu indefiro. Está encerrado o assunto.

Encerrada a Ordem do Dia, passemos às Explicações Pessoais (PAUSA). Com a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QÜINQUAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE JUNHO DE 2000,
ÀS 20:00 HORAS.

palavra, o nobre Deputado Eliene.

O Sr. Joaquim Sucena - Permita-me pelo menos...

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o nobre Deputado Eliene.

O Sr. Joaquim Sucena - Sr. Presidente, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Eu informo ao Deputado Joaquim Sucena que é matéria vencida, e nós vamos tocar...

O Sr. Joaquim Sucena - Não é vencida, Sr. Presidente, em absoluto.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o nobre Deputado Eliene.

O Sr. Joaquim Sucena - Sr. Presidente, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o nobre Deputado Eliene.

O Sr. Joaquim Sucena - Sr. Presidente, Vossa Excelência está sendo arbitrário.

O SR. ELIENE - Sr. Presidente, transfiro.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - O Deputado Eliene transfere, e eu estou inscrito.

Solicito ao Deputado Pedro Satélite que assuma a direção dos trabalhos.

(O SR. DEPUTADO PEDRO SATÉLITE ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 22:44 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Riva.

O Sr. Joaquim Sucena - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Nós vamos prosseguir... Pela inscrição nas Explicações Pessoais, com a palavra, o nobre Deputado Riva.

O SR. RIVA - Sr. Presidente, eu quero aqui, antes de mais nada, dizer não só ao Deputado Joaquim Sucena, mas ao Deputado Zé Carlos do Pátio e a outros colegas Deputados que eu vou começar a seguir o Regimento Interno, porque eu tenho sido flexível e não é com a Bancada de Governo, não, é com a Oposição! Estoura-se horário, pede-se Questão de Ordem sem citar os artigos do Regimento Interno, e o Deputado Riva sempre foi flexível.

Vossa Excelência pediu o Projeto, e eu quero que resgate isso. Por favor, Assessoria, eu quero que resgate isso... Pediu vista a um processo que estava em discussão na Comissão de Constituição e Justiça e nos trouxe o Projeto sem o Parecer. Depois, Vossa Excelência não estava mais dando o Parecer na Comissão de Constituição e Justiça e, sim, discutindo o Parecer da Comissão, na qual Vossa Excelência não havia dado o seu Parecer - não sabemos o motivo, mas Vossa Excelência deixou de dar o Parecer.

Na hora em que Vossa Excelência me pediu a votação de destaque, pediu no momento da discussão da matéria - eu queria que a Taquigrafia resgatasse isso para nós -, e Vossa Excelência deveria ter feito no encaminhamento da matéria... E mesmo no encaminhamento da matéria, Deputado Joaquim Sucena, de acordo com o Artigo 353, eu poderia negar a Vossa Excelência o destaque, coisa que eu nunca fiz, quando é pedido dentro do prazo correto. O Artigo 353 diz o seguinte: "O pedido de destaque fundado no motivo do Artigo 351 é decidido pelo Presidente...". Portanto, eu poderia negar, mas eu queria apenas esclarecer isso, Sr. Presidente, e adentrar em um novo assunto. Eu...

O Sr. Joaquim Sucena - Vossa Excelência me permite um aparte, nobre Deputado?

O SR. RIVA - Mais para frente eu concedo a Vossa Excelência. Eu fiquei...

O Sr. Joaquim Sucena - Eu agradeço.

O SR. RIVA - Eu não falei nada, Vossa Excelência falou três, quatro, cinco vezes, e agora eu gostaria de falar um pouco...

Eu queria dizer, Sr. Presidente, que quando eu e a Deputada Serys Slhessarenko pedimos a composição da CPI, eu não tinha dúvida de que a CPI poderia trazer grandes contribuições

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QÜINQUAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE JUNHO DE 2000,
ÀS 20:00 HORAS.

para este Estado, mas também, Sr. Presidente, eu não tinha dúvida de que nós enfrentaríamos aqui elementos do tipo do Juiz Abel Balbino Guimarães, que procurou através de artimanhas desviar a atenção da CPI, a quem nós enfrentaríamos aqui; elementos do tipo do José Maria Machado, pessoa que tem seis ou sete processos contra si e que, de repente, chega à CPI e traz uma denúncia contra um colega Deputado.

Eu gostaria de me pronunciar sobre isso, gostaria de ter feito no Grande Expediente, infelizmente não foi possível, mas eu gostaria de dizer que nós temos, sim, que ouvir o Deputado Amador Tut, que buscar as provas do Sr. José Maria Machado, mas enquanto não houver essas provas, eu continuo acreditando que é blefe do Sr. José Maria Machado.

Agora, é lógico que ele tem esse período para trazer as provas, que eu acredito que não cheguem, porque eu senti, Deputado, o mesmo que o Deputado Zé Carlos do Pátio, o mesmo que o Deputado Humberto Bosaipo sentiu, que quem não teve sequer a dignidade de confirmar a denúncia feita contra o Judiciário... Para mim, ele deixou o Judiciário inteiro sob suspeita! Se ele tivesse aqui denunciado as três pessoas que ele disse estar envolvidas, ele não teria maculado a imagem do Poder Judiciário e, sim, do desembargador fulano, do juiz fulano.

Por isso que a CPI, e eu quero aqui louvar a atitude da Deputada Serys Shessarenko, do Deputado Humberto Bosaipo e dos demais membros da CPI, nos convidou para participar da conversa, e eu achei oportuna a pressão feita pela CPI para que o Sr. José Maria Machado de fato nominasse o Deputado que ele denunciou... Até porque, amanhã, estaríamos os vinte e quatro Deputados sob suspeita!

Lógico que pesa sobre os ombros do Deputado Amador Tut essa denúncia, que é preocupante, porque pode ser mais uma artimanha desse elemento, e, de repente, o Deputado Amador Tut está sofrendo por parte da sociedade, e inclusive da imprensa... Eu espero que as notícias sejam ponderadas, apenas no que disse o Sr. José Maria Machado e não afirmativas como muitas que eu vi nos jornais, que qualquer elemento, ao se pronunciar na CPI ou em qualquer Comissão, a palavra dele já é tida como verdade e nós não podemos considerar dessa forma.

Então, eu me mostro neste momento com uma certa preocupação, Deputado, porque o Deputado Amador Tut é um Deputado de terceiro mandato e se mostra um Deputado, em suas atividades, muito trabalhador. Todos aqui, todos os Deputados, pelo que conversei e senti, vêem no Deputado Amador Tut um homem que exerce uma atividade legal, tem as suas empresas, ganha dinheiro, mas dentro de uma atividade legal.

E nos preocupa, sim, isso, tanto é que nós deveremos - eu acredito que a Deputada Serys Shessarenko já está pensando nisso -, ao vencer o prazo solicitado, reconvocar o Sr. José Maria Machado, para que não só ele traga as provas, mas confirme, porque eu achei muito estranho o fato de ele não querer denunciar o Judiciário e não fazer questão nenhuma de anunciar o nome do Deputado, dando uma mostra clara de que o Poder Legislativo, de que ele poderia macular o Deputado fulano, mas o Poder Judiciário ele está preservando, e eu quero saber por quê.

Até porque lá eu tenho amigos que são Desembargadores, mas se há uma denúncia a ser feita contra o Judiciário, ela tem que ser feita, não contra o Judiciário, mas contra o Desembargador, o que eu defendi na época do caso Leopoldino do Amaral, porque o Poder Judiciário não poderia de forma alguma ser manchado por causa de um, dois ou três Desembargadores que poderiam estar sendo denunciados, o Poder é intocável, agora o cidadão que ocupa o cargo de Desembargador, de Deputado... Não é, Deputado Zé Carlos do Pátio?

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Vossa Excelência me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. RIVA - Pois não, Deputado.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Primeiramente, eu quero aqui, eu estou achando até

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE JUNHO DE 2000,
ÀS 20:00 HORAS.

interessante, porque o Deputado Joaquim Sucena é um Deputado elegante, simpático, todo social, de vez em quando até ele também é patrolado aqui nesta Casa de Leis, mas isso faz parte do processo.

Sr. Deputado, eu quero aqui colocar o seu discurso em cima do que eu estou avaliando também. Veja bem, o que estou sentindo na CPI do Narcotráfico é que estão jogando para todos os lugares, estão atacando todos os setores e está havendo uma preservação do Poder Judiciário, está sendo preservado o Poder Judiciário.

Ora, se o José Maria Machado tem que falar nome de Deputado, tem que falar nome de juiz, porque o Poder Judiciário não atendeu as prerrogativas dele para também citar o nome dos juízes, citar o nome dos setores do Poder Judiciário que estão envolvidos, cobrando duzentos mil dólares para garantir a liberdade dele e tirar todos os processos com o nome dele. Ele falou isso publicamente! Agora, as coisas só vêm para o Poder Legislativo e outros setores da sociedade? Essa redoma é que está me preocupando, Deputado Riva, essa redoma em que ninguém pode encostar, é um Poder intocável, e a CPI do Narcotráfico... Isso é uma Lei da Física, a segunda Lei de Newton diz o seguinte: “A toda ação corresponde uma reação.” Então, nós fomos para cima da verdade e nós estamos recebendo a reação...

Eu quero aqui dizer que essas coisas não estão bem explicadas, não nos convenceu hoje, e tem muita coisa por trás dessa armação que houve hoje na CPI do Narcotráfico.

Muito obrigado pelo aparte, era só isso que eu queria colocar.

O SR. RIVA - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, mas eu quero dizer ao Deputado que quem é “patrolado” são as estradas e muitas delas nem estão sendo, eu espero que sejam...

O Deputado Joaquim Sucena apenas invocou no momento em que eu achei inoportuno, mas eu quero dizer, Deputado, que respeito Vossa Excelência e o tenho como amigo. Infelizmente, os debates aqui na Assembléia tomam essas proporções em função de que nós temos um compromisso, Deputado Nico Baracat.

E eu quero dizer que, apesar de não ter votado no FETHAB, eu defendo o FETHAB. Defendo e disse que até setembro, até o final de setembro, Deputado Nico Baracat, eu vou continuar acreditando no FETHAB. Já disse inclusive ao Governador Dante de Oliveira que se o FETHAB não atingir os objetivos para os quais ele foi proposto, não terei nenhum constrangimento de vir aqui e entrar com um Projeto de Lei para revogar essa lei, porque eu acho, Deputado, que o mais importante de tudo é que o Estado precisa fazer estrada - precisa e não tem recurso.

O discurso de oposição é um discurso muito fácil, Deputado Pedro Satélite, porque não tem compromisso em arrecadar e fazer obras. E o Deputado citou muito bem, não adianta nós ficarmos aqui levantando reajuste salarial... Com o quê? Com qual dinheiro? Fazer estrada, ponte, asfalto, com qual dinheiro? O Governo tem uma responsabilidade nisso. A Oposição não. Ela tem mais facilidade. Ela não tem esse compromisso.

O Sr. Nico Baracat - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. RIVA - Concedo um aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Nico Baracat - Deputado Riva, eu quero retornar a sua fala com relação à flexibilidade do Regimento Interno, que Vossa Excelência colocou na reunião do Colégio de Líderes, e a maioria dos Líderes entendeu que há necessidade de flexibilidade disso. Eu estava na reunião, participei dessa reunião e ficou preestabelecido no Colégio de Líderes essa posição da flexibilização do Regimento para que nós possamos ter condições de atuar melhor ou fazer melhor o nosso desempenho em plenário. Eu acho que esse foi um gesto extremamente importante, principalmente para nós, da Oposição, minoria na Assembléia. E nós entendemos que num determinado momento, no calor das discussões, há excesso, principalmente de minha parte, às vezes, mas entendemos que há necessidade

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QÜINQUAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE JUNHO DE 2000,
ÀS 20:00 HORAS.

dessa abertura e dessa compreensão dentro do Parlamento, porque é importante nós exercitarmos todas as ações que nos possibilitem utilizar os espaços que são dados dentro disso aí.

Eu acredito que há um entendimento de nós continuarmos com essas opções de flexibilidade, feita no Colégio de Líderes, para que possamos desempenhar melhor as nossas funções dentro da Assembléia. Muito obrigado.

O SR. RIVA - Eu agradeço ao Deputado Nico Baracat e quero dizer que nós vamos tentar ser sempre flexíveis, mas tudo tem que ter um limite também, porque o Deputado Joaquim Sucena há de ponderar que ele realmente pediu vista da matéria, e ele tinha todo direito, razão em pedir vista, mas ao retornar deveria, inclusive, retornar com o seu parecer, porque ela estava sendo discutida na Comissão de Constituição e Justiça.

E hoje, também, eu resgatei com a Taquigrafia, e Vossa Excelência não pediu a votação do destaque no tempo correto, que é no momento do encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Nós queremos comunicar que Vossa Excelência dispõe de três minutos para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. RIVA - Eu agradeço.

Eu gostaria de dizer, Deputado Pedro Satélite, que nós estivemos fazendo uma caminhada, nessa segunda-feira, no Médio Norte - especialmente ao Deputado Nico Baracat, que tem votos lá no Médio Norte, o Deputado Rene Barbour, Deputado Benedito Pinto, todos os Deputados que tiveram votação no Médio Norte -, e nos preocupou muito a situação daquela região.

O Governo do Estado tem que encontrar, juntamente com o povo daquela região, uma alternativa para Alto Paraguai, para Diamantino, para Nortelândia, para Arenópolis, sob pena, Deputado Pedro Satélite, de nós vermos alguns municípios sumirem do mapa, tamanha a situação que enfrenta aquela região, com o desemprego e a falta de opção do povo.

Eu queria colocar aqui a minha preocupação com uma discussão que tivemos, ontem, em Alto Paraguai, Diamantino e Nortelândia, e vamos encaminhar não aos Deputados que tiveram voto no Médio Norte, mas a toda Assembléia Legislativa, encaminhar ao Governo do Estado a necessidade de nós encontrarmos uma saída para aquela região, que já teve uma importância muito grande no cenário econômico de Mato Grosso e que merece, sem dúvida nenhuma, esse apoio. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Em razão de haver transferido na última Sessão, nas Explicações Pessoais, a inscrição em nome do Deputado Joaquim Sucena, nós lhe concedemos a palavra.

O SR. JOAQUIM SUCENA - Sr. Presidente, gostaria inicialmente de dizer que eu deveria estar inscrito em primeiro lugar, tendo em vista a transferência da minha inscrição da Sessão passada para esta., porém me sinto também honrado neste momento por poder, através das Explicações Pessoais, trazer às claras aquilo que foi seqüencial, que precedeu o nosso pedido de uma Questão de Ordem à Presidência anterior.

O Projeto estava em votação na Comissão de Constituição e Justiça, quando nós emitimos o voto, o que nos é facultado pelo próprio Regimento Interno, e pedimos vista, tendo em vista que haveríamos de colocar emendas que pudessem minimizar as ações que o FETHAB vinha causando no setor produtivo e, principalmente, na distribuição de combustíveis.

Apresentamos as emendas, portanto não deixamos de dar a nossa contribuição, e, principalmente, não deixamos de fazer presente o motivo do pedido de vista, por consequência apresentamos as emendas. O processo ficou na Comissão de Constituição e Justiça, e o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Carlos Brito, assumiu o novo Parecer, tendo em vista terem sido apresentadas emendas, porque já havia um Parecer anterior, que havia sido votado por

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QÜINQUAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE JUNHO DE 2000,
ÀS 20:00 HORAS.

quatro Srs. Deputados da Comissão o Parecer dado pelo Deputado Humberto Bosaipo, em plenário, e o Deputado Presidente da Comissão avocou a si o Parecer final, não só sobre o Projeto, mas também sobre as emendas. Foi dado esse Parecer que veio a Plenário na discussão, o momento certo que eu tinha para fazer as minhas ponderações com relação às emendas, ao próprio Projeto e às outras emendas que foram apresentadas ao Projeto. Foi feito no momento certo, correto, regimentalmente correto.

Solicitei também, naquele momento, tendo em vista terem sido rejeitadas as emendas e algumas substituídas por emendas coletivas de Bancadas e de Lideranças Partidárias, e terem sido submetidas a um processo de acerto redacional. Então, emiti o meu Parecer juntamente com a discussão da matéria em pauta - momento certo. A partir daí, solicitei também da Presidência, na discussão, que fosse colocada a Emenda nº 06 sobre a votação do Plenário; a Emenda nº 07, em relação ao Projeto; para que o Plenário decidisse se, efetivamente, tinha ou não fundamento a Emenda, para que, então, o Plenário desse a sua votação final e rejeitasse a Emenda, caso assim entendesse.

Posteriormente, foram feitos todos os encaminhamentos necessários. *A posteriori* foi colocado em votação, apesar do processo acelerado de votação, em busca de uma produtividade maior - acredito eu, e levo isso pelo lado bom e não pelo lado jocoso da coisa -, a brevidade da votação, tão logo feita a votação, apurado os votos, o Parecer foi aprovado.

Coube a mim, posteriormente, solicitar regimentalmente ao Sr. Presidente que desse, efetivamente, continuidade ao processo que havia iniciado no momento oportuno. Infelizmente, acredito eu, a intempestividade fez com que houvesse alguns atropelos e, mais do que atropelos, algumas trombadas regimentais. Não é esse e nem foi esse o meu sentimento, quando pedi que fosse levada ao Plenário a nossa Emenda nº 07, que era exatamente para que o Plenário se posicionasse com relação, Sr. Presidente, àquilo que realmente era o teor da Emenda nº 07, que não altera, em absoluto, nada do Projeto original e não altera em absolutamente nada a distribuição dos recursos, não afeta em absolutamente nada aquilo que é, na minha opinião, uma grande ação social para os portadores de deficiência física.

Já existe essa mesma Emenda que apresentei, eu já a apresentei como Projeto de Lei e está em tramitação. Queria, única e exclusivamente, tendo em vista que a iniciativa era do Governo, aproveitar a iniciativa do Governo para dar oportunidade de, efetivamente, ver atendida essa proposta, que não é minha só, mas principalmente dos portadores de deficiência física que, visitando este Parlamento, assim solicitaram.

De modo, Sr. Presidente, acredito ter colocado, e aqui até peço ajuda à Taquigrafia, para ver se em algum momento emiti alguma coisa que possa vir a denegrir qualquer posição da Presidência, mas, acima de tudo, para se restabelecer a verdade e a seqüência dos fatos.

E, mais do que isso, Sr. Presidente, deixar, de uma vez por todas, que não é através da intempestividade, não é através do uso desnecessário da força que tem a Presidência nas decisões deste Plenário que nós vamos modificar as coisas.

Eu acredito que o bom senso deve prevalecer, e algumas coisas que não alteram em absolutamente nada, mas alteram principalmente o comportamento da Casa perante a sociedade, devem ser colocadas em primeiro lugar.

Por isso, Sr. Presidente, eu fiz uso das Explicações Pessoais para que se possa restabelecer em definitivo, tendo em vista que não me resta nenhuma necessidade de aqui colocar o meu protesto à Presidência desta Casa. Muito obrigado.

O Sr. Riva - Sr. Presidente, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre

Deputado Riva.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUINQUAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE JUNHO DE 2000,
ÀS 20:00 HORAS.

O SR. RIVA - Sr. Presidente, eu estou de posse da Ata em que o Deputado Joaquim Sucena pediu vista ao Projeto que já estava com o Parecer da maioria dos Srs. Deputados. Portanto, o Deputado Joaquim Sucena já deveria ter trazido o Projeto com o seu voto - esta é a Ata em que Vossa Excelência pediu vista. Quero dizer também, mais uma vez, que o Deputado Joaquim Sucena - eu confirmei com a Taquigrafia - pediu votação em destaque na discussão da matéria.

Nós sempre fomos flexíveis, Deputado Joaquim Sucena, e vamos continuar sempre usando o bom senso, mas também é legítimo que Vossas Excelências, que são muito mais do que eu na Presidência, tenham também um consenso de observar o Regimento Interno e pedir no momento oportuno a votação em destaque.

A Deputada Serys Slhessarenko, no momento da LDO, na votação da LDO, da votação do PPA, ela pediu destaque, mas sempre no momento correto, como os demais Deputados sempre pediram. Então, eu quero dizer a Vossa Excelência que nós continuaremos sendo flexíveis, mas infelizmente hoje Vossa Excelência deixou de observar o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, nas Explicações Pessoais, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, transfiro.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Carlos Brito.

O SR. CARLOS BRITO - Sr. Presidente, transfiro.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Não há mais orador inscrito nas Explicações Pessoais.

Nós temos aqui um Requerimento solicitando a realização de Sessão Extraordinária para as 23:10 horas, para a votação do Projeto de Lei nº 139/00, Mensagem nº 21/00, de autoria do Poder Executivo, que prevê alterações na Lei nº 7.263, de 27 de março de 2000, que criou o Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB.

Em votação o Requerimento. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Portanto, está aprovado o Requerimento, com doze assinaturas, para daqui a três minutos realizarmos a próxima Sessão.

Compareceram a esta Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira - Alencar Soares, Carlos Brito, Riva, Pedro Satélite, Rene Barbour, Wilson Teixeira Dentinho e Nilson Leitão; da Bancada do Partido da Frente Liberal - Joaquim Sucena, Moacir Pires e Moisés Feltrin; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Nico Baracat e Zé Carlos do Pátio; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Serys Slhessarenko; do Bloco Parlamentar Socialista - Benedito Pinto (PSDB), Edmilson Paulista (PFL), Eliene (PSB), Hermínio J. Barreto (PL), Humberto Bosaipo (PPS), Jair Mariano (PPS), José Carlos Freitas (PPB) e Wilmar Peres (PPS).

Deixaram de comparecer os Srs. Deputados Baú (PSDB); Silval Barbosa, do PMDB; Gilney Viana (EM MISSÃO OFICIAL), do PT.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).

Revisada por Ana Lúcia Bigio.

Conferida por Regina Céli Arruda.